

RINALDO CLAUDINO DE BARROS

DIMENSÕES SOCIAIS
DA
SAÚDE MENTAL

Mossoró (RN) - 1992

RINALDO CLÁUDINO DE BARROS

DIMENSÕES SOCIAIS DA SAÚDE MENTAL

Notas para uma crítica do conceito de Saúde Mental. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Ciências Sociais do IFCH - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Orientador:

Professor Doutor **EDMUNDO FERNANDES DIAS**

Este exemplar corresponde a redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão julgadora em

IFCH 2/9/1992

(Assinatura)

Mossoró (RN) - 1992

9223462/BC

"Homo sum et humani nihil a me alienum puto."

(Terêncio)

Heauton Timoróúmenos, I, 1, 26

Dedico este trabalho aos meus filhos Vladimir e Riana Áurea, que deram sentido à minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Ana Maria, pelo permanente incentivo.

A Gorete, pelo apoio moral e psicológico.

Ao amigo Paulo Linhares, pelas críticas argutas e construtivas.

Ao amigo Gonzaga Chimbinho, pela compreensão e tolerância.

Ao Professor-Doutor Darcier Barros, por sua atenção e comentários oportunos.

Ao mestre e companheiro Waldson Pinheiro, por ter suportado a carga de corrigir os originais.

Ao casal Assis Câmara e Salete Bernardo, pela extremada gentileza e pela infra-estrutura.

Ao médico Berilo de Castro, pela sua sensibilidade.

Ao Wagner Santos, pelo belíssimo trabalho de digitação do texto.

A todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este trabalho fosse possível.

SUMARIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA

1. O CONCEITO DE SAÚDE E A RACIONALIDADE CAPITALISTA	12
2. A VIOLÊNCIA DO HOMEM SOBRE O HOMEM	20
3. A MORAL SEXUAL REPRESSIVA	31

CAPÍTULO II - A REALIDADE OCULTA

1. AS MICRORRELAÇÕES E OS PROCESSOS SUBJACENTES	41
1.1 - Poder Disciplinar	48
2. O CORPO E A SEXUALIDADE REPRIMIDA	52

CAPÍTULO III - A PRÁTICA DO CONTROLE E DA REPRESSÃO

1. INTEGRAÇÃO CAPITALISTA E RUPTURA DOS DOMINADOS	65
2. PRÁTICAS MÉDICAS: DOMINAÇÃO E SUBMISSÃO	76

CONCLUSÕES	88
------------------	----

BIBLIOGRAFIA	92
--------------------	----

INTRODUÇÃO

Este trabalho representa um esforço no sentido de avançar na compreensão, sob a ótica do materialismo histórico, das relações sociais e políticas do sistema de dominação capitalista, elegendo como principal resultante as descompensações neuróticas e psicóticas, enfoque que requer estudo da formação das personalidades, processo que se inicia muito antes do engajamento na produção.

Mais do isso, este trabalho aponta na direção da construção de um novo conceito de saúde, em contraponto com a racionalidade capitalista, o que permite uma reflexão sobre os valores de nossa cultura, bem como acerca do próprio conceito de ciência, baseados que estão no racionalismo cartesiano, oficialmente sancionado pela civilização ocidental.

Convencidos da superação desse modelo cultural, questionamos a validade da intervenção da prática médica atual em relação à saúde de um modo geral e, especificamente, em relação à saúde mental. A partir da relativização do aparelho conceitual de saúde, este trabalho direciona suas análises para demonstrar a funcionalidade das noções de normalidade, de estrutura e do próprio corpo humano, como concepções mecanicistas e, portanto, limitadas quanto às suas condições de enfrentar a complexidade das manifestações da vida.

A crítica dos conceitos é enriquecida pela demonstração da sua função ideológica e, mais do que isso, de sua concretização ao nível dos indivíduos, a partir do nexo psicofísico que se estabelece no processo de formação das personalidades entre a assimilação da moral sexual repressiva e o condicionamento somatizado dos indivíduos submetidos ao sistema de dominação, processo que predis põe e adentra as pessoas adequadamente para se anularem enquanto seres humanos, potencialmente criativos e livres, moldando-os como instrumentos no processo de produção e extração da mais-valia, uma ousada tentativa de ligação entre a realidade psíquica individual e as articulações da infra-estrutura econômica, buscando demonstrar como essas relações não são lineares e apontando para algumas de suas mediações.

A linha de raciocínio básica conduz as análises a demonstrar que existe uma incompatibilidade entre a racionalidade capitalista do lucro máximo e a verdadeira saúde dos seres humanos, revelando alguns processos subjacentes à aparência necessária à manutenção do

atual padrão de acumulação do capitalismo moderno, notadamente como este sistema ocorre em nossa sociedade.

Nessa mesma linha de raciocínio, demonstra-se como a introjeção dos elementos da ideologia dominante consegue transfigurar a estrutura psíquica das pessoas, gerando contraditoriamente sentimentos, comportamentos, pensamentos e ações objetivamente contrários aos seus verdadeiros interesses.

Este enfoque procura valorizar a necessidade do estudo das microrrelações do cotidiano, apontando para a existência na sociedade civil das micro-redes de poder, dos micropoderes, da microfísica do poder, como nos ensina Michel Foucault. Dessa forma, busca entender como se articulam as relações de dominação entre as classes sociais com a intrincada trama de microrrelações do cotidiano da vida e do trabalho, ou seja, como se dá concretamente, ao nível de cada pessoa, a introjeção do modelo cultural, especialmente da moral sexual repressiva, e como tudo isso se articula para se tornar funcional e assegurar a perpetuação das relações capitalistas de exploração.

Em outras palavras, busca-se avançar no entendimento de como as microrrelações no interior dos aparelhos ideológicos, notadamente a família, a religião e a escola, constituem a verdadeira base de dominação política, pela possibilidade concreta que apresentam para a domesticação dos corpos e das mentes das pessoas, antes mesmo do engajamento no processo de produção/exploração, desde as pequenas violências cotidianas disciplinadoras e conformadoras, que se iniciam na primeira infância.

Sem esquecer que o autoritarismo é um fenômeno universal, este trabalho busca ressaltar ainda que o homem é um ser histórico e cultural e que sua formação se dá concretamente a nível da sua cultura, portanto, diferenciada no tempo e no espaço. Desse modo, aponta na direção de que é indispensável se conhecer os meandros de cada cultura específica, para identificar quais os traços característicos dos processos subjacentes às contradições econômico-sociais e políticas, que podem explicar o comportamento dos indivíduos e suas contradições com os interesses objetivos da fração de classe a que pertencem.

O pano de fundo teórico de toda a discussão deste trabalho é a premissa de que o corpo é a fonte básica de toda experiência mental.

A indissociabilidade entre corpo e mente, contrariando a característica de nossa cultura baseada no racionalismo, e a admissão da existência da bioenergia como fluxo vital, permite avançar na demonstração de que é real a articulação entre a repressão da sexualidade e a alteração do psiquismo.

A conclusão seguinte é de que a moral sexual repressiva é necessária para assegurar a reprodução do sistema de dominação, não apenas para ter controle sobre as classes subalternas, mas porque à produção industrial é indispensável um exército de trabalhadores disciplinados e obedientes. E que essa disciplina e obediência não se dê pela coerção aberta, mas pelo consenso ideológico, pela noção de normalidade assimilada como se fosse universal e eterna, como se fossem dogmas religiosos. Aliás, a ideologia religiosa, judaico-cristã, constitui um dos maiores pilares de sustentação deste sistema de dominação.

É interessante registrar que Antonio Gramsci dedicou particular importância ao estudo da Igreja Católica, a qual considerava como exemplo de organização hegemônica, como exemplo de eficácia ideológica, na medida em que consegue efetivamente a união doutrinária da grande massa da população.

Nesse sentido, levantamos uma formulação de que a hegemonia religiosa é suficientemente forte para se equiparar ao próprio pertencer de classe. Se estas duas categorias tiverem igual importância, cabe empreender estudos para aprofundar o entendimento das relações políticas. Se isso for verdadeiro, será preciso reformular os projetos de organização das classes subalternas e repensar todas as questões relativas à sociedade civil e à sociedade política.

É preciso notar que, nesse caso, a igualdade propalada no plano jurídico consolida-se no plano cultural. E a aparência necessária transfigura-se como se fora uma realidade palpável ao nível da percepção das pessoas, dificultando sobremaneira a desconstrução do processo de alienação, dificultando a construção de uma nova hegemonia dialeticamente adequada ao porvir de um homem novo.

Desta forma, este trabalho propõe uma reflexão conclusiva no sentido de que a nossa tradição judaico-cristã, combinada com as diversas nuances do dualismo cartesiano, transmitiu e reproduziu ao longo da história de nossa sociedade uma herança disciplinadora muito eficaz, capaz de consolidar a integração capitalista, através da ruptura dos dominados e, curiosamente, com a concordância e a colaboração decisivas destes mesmos seres dominados,

explorados e espoliados, porque psiquicamente condicionados desde os seus primeiros dias de existência.

Por fim, este trabalho aborda a utilização social que o poder faz da Psiquiatria e suas práticas medicamentosas e repressivas, tecendo considerações sobre como tudo isso se articula com os interesses objetivos das classes dominantes, notadamente com a mediação do sistema previdenciário, das empresas hospitalares, químicas e farmacêuticas, a par da análise do papel das instituições totais, vinculadas ou não ao Estado.

Ao final, numa perspectiva mais abrangente, este documento vislumbra um novo horizonte para toda a humanidade, a partir da derrocada deste modelo civilizatório; vislumbra a probabilidade do desencadear de um Novo Iluminismo, de um extraordinário movimento político-filosófico que tenha força suficiente para, não apenas romper com toda a base ideológica dominante, mas impor uma nova concepção da vida, da ciência e suas aplicações; como fruto do método dialético e tendo como fundamento a noção de totalidade do ecossistema universal, sob o paradigma **"COGITO, AMO ET SENTIO, ERGO SUM."**

CAPÍTULO I - O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA

- 1. O CONCEITO DE SAÚDE E A RACIONALIDADE CAPITALISTA**
- 2. A VIOLÊNCIA DO HOMEM SOBRE O HOMEM**
- 3. A MORAL SEXUAL REPRESSIVA**

"Entender os conflitos que geram a "loucura" é, antes de mais nada, uma forma de entender a própria cultura e suas possibilidades futuras na existência de um povo."

(Giovanni Berlinguer)

1. O CONCEITO DE SAÚDE E A RACIONALIDADE CAPITALISTA.

Nossa cultura tem estado tão obcecada com o conhecimento racional, com a objetividade e com a quantificação, que nos sentimos estranhos ao lidar com os valores e com as experiências humanas.

E a experiência humana é rica demais para ser compreendida pela rigidez do racionalismo cartesiano, fundamento básico de todo o conhecimento "científico" produzido e reconhecido oficialmente pela civilização ocidental, inclusive as premissas de nossa medicina alopata.

Tentaremos explicitar a seguir o nosso entendimento atual do conceito de saúde, em esforço para aplicar os fundamentos do materialismo dialético, a partir da noção marxista de **totalidade**.

Embora todos nós saibamos o que significa sentirmo-nos saudáveis, é impossível definir com exatidão absoluta tal estado. A saúde é uma experiência subjetiva, algo que pode ser conhecido intuitivamente, mas não pode ser descrito ou quantificado. Implica na sensação de conforto, alegria, boa disposição, fenômenos que se manifestam ao nível da subjetividade de cada indivíduo.

A saúde é um estado de bem-estar que se estabelece quando o organismo vivo funciona de uma certa maneira. A descrição desse modo de funcionamento dependerá de como concebemos o organismo e suas interações com o meio ambiente.

Diferentes modelos de organismos vivos levarão a diferentes definições de saúde. Portanto, o conceito de saúde e os conceitos afins de mal-estar, doença e patologia não se referem a algo bem definido, concreto, mas apenas à parte integrante de esquemas limitados que tão somente refletem uma teia de relações entre múltiplos aspectos do complexo e fluído fenômeno da vida.

Uma vez percebida a relatividade e a natureza subjetiva do conceito saúde, é preciso também esclarecer que as noções da relação saúde-doença são fortemente influenciadas pelo contexto cultural em que elas ocorrem.

O que é saudável ou doente, normal ou anormal, são ou insano, varia de cultura para cultura. Além disso, o contexto cultural influencia o modo específico como as pessoas se comportam quando adoecem. De que forma nós comunicamos nossos problemas de saúde? De que maneira apresentamos nossos sintomas? Quando e a quem recorreremos quando nos sentimos doentes? Quais as explicações e as medidas terapêuticas oferecidas pelo médico, terapeuta ou curandeiro?

Tudo isso é decisivamente afetado por cada sociedade, por cada cultura.

Pode-se dizer, portanto, que uma nova estrutura para a saúde somente pode ser efetiva se for baseada em conceitos e idéias enraizadas em nossa própria cultura, segundo a dinâmica de nossa própria evolução social e cultural.

Cabe aqui um comentário sobre o conteúdo cultural de nossa civilização acerca da questão da saúde.

Nos últimos séculos, nossa cultura adotou a concepção do corpo humano como se fora uma máquina, a ser estudada em termos de suas partes: a mente e o corpo estão separados. A doença é vista como um mal funcionamento de mecanismos biológicos, e a saúde é definida como ausência de doença.

Como sabemos, a concepção mecanicista não admite outra explicação possível dos fatos além daquela que os considera como movimentos dos corpos no espaço, à semelhança de uma engrenagem de uma máquina. Este pensamento teve grande afirmação com o surgimento dos primeiros conhecimentos científicos, newtonianos.

Esta concepção mecanicista nem de longe tem condições de dar conta da complexidade da manifestação dos fenômenos gerados pelos organismos vivos, em seus aspectos biopsicossociais. No entanto, são essas as premissas de todo o conhecimento médico em nossa sociedade.

A maior parte da Biologia e da Medicina contemporâneas tem uma visão mecanicista da vida e tenta reduzir o funcionamento dos organismos vivos a mecanismos celulares ou moleculares bem definidos. A concepção mecanicista é justificável, em certa

medida, pelo fato de os organismos vivos agirem, em parte, como máquinas. Isso não significa, entretanto, que os organismos vivos sejam máquinas.

Todo e qualquer organismo - desde a menor bactéria até os seres humanos, passando pela imensa variedade de plantas e animais, é uma totalidade integrada e, portanto, um sistema vivo em processo.

As células são sistemas vivos em processo, assim como os vários tecidos e órgãos do corpo, sendo o cérebro o exemplo mais complexo. Mas os sistemas vivos em processo não estão limitados a organismos individuais e suas partes. Os mesmos aspectos de totalidade envolvem os sistemas sociais e os ecossistemas (entendidos como uma variedade de organismos vivos e matéria inanimada em interação mútua).

O que se deve preservar numa região qualquer não são árvores ou organismos individuais, mas a teia complexa de relações existentes entre eles.

Essa concepção enfatiza a inter-relação e a interdependência essenciais de todos os fenômenos e procura entender a natureza e a sociedade não só em termos de estruturas fundamentais, mas principalmente em função de processos dinâmicos subjacentes. É basicamente uma concepção de processo: a forma tornou-se associada ao processo (dependente deste); e os opostos são percebidos como unificados e oscilantes, cambiantes, intrinsecamente dinâmicos.

Quando falamos em processos dinâmicos subjacentes nos referimos basicamente a fenômenos cuja ocorrência escapa à percepção natural e imediata dos sentidos humanos da maioria das pessoas, as quais geralmente estão aptas apenas a perceber a nível do senso comum, quase sempre apenas a aparência exterior dos fenômenos; sem compreenderem a sua essência e principalmente o seu movimento. É possível ilustrar esta observação com qualquer tipo de fenômeno. O que ocorre na realidade, nem sequer se aproxima do que o imaginário do senso comum é capaz de intuir.

Esta constatação é possível ainda se observarmos, por exemplo, os fenômenos do metabolismo fisiológico, em conexão direta com o psiquismo; ou seja, o funcionamento do corpo humano. O senso comum não se dá conta do que ocorre verdadeiramente, por exemplo, quando um organismo humano ingere 50g de açúcar refinado. Falo das reações bioquímicas e suas conseqüência para os sistemas endócrino e nervoso, com subseqüentes reações no cérebro,

a depender do estado psicológico e nutricional geral e, ainda, de sua formação neurológica desde o útero materno, entre outras cadeias de reações moleculares e trocas energéticas, etc. Esses são típicos processos subjacentes que, apesar de constituírem a essência dos fenômenos vitais, não são revelados pelo que se configura como a aparência do real. Ou seja, a aparência do que se revela como real não permite vislumbrar (muito menos compreender) a verdadeira natureza dos processos subjacentes.

É importante observar que o "conhecimento científico" fundado nos conceitos mecanicistas, da mesma forma que o senso comum, também não é capaz de apreender os aspectos fundamentais dos processos subjacentes, na medida em que não consegue compreender a dinâmica e, principalmente, a unidade dialética dos contrários. A concepção mecanicista não consegue perceber, por exemplo, que doença e saúde são apenas dois aspectos do mesmo processo. A percepção positivista separa os contrários e afirma que "saúde é a ausência de doença". Não consegue perceber que o par cambiante saúde/doença traduz apenas possibilidades de equilíbrio ou desequilíbrio dentro de um mesmo processo dinâmico e complexo, composto por inúmeras ações e reações.

Além disso, é importante considerar que a idéia de **movimento** deve ser associada à noção de **ritmo**, para que se possa compreender que estes processos são estáveis. Movimento e estabilidade caracterizam os fenômenos que ocorrem na essência dos organismos vivos, os quais funcionam ritmicamente definidos, como se fora um relógio natural. O ritmo da vida, nada mais é do que a unidade dialética entre o movimento e a estabilidade, entre a atividade e o repouso. Inferimos daí a importância de se construir melhor o aparelho conceitual em torno da noção de ritmo, para complementar o conceito de **estrutura**, insuficiente para explicar a dinâmica dos processos subjacentes.

Ou seja, processo e estabilidade, entretanto, somente são compatíveis se os processos se configuram em **modelos rítmicos**, em flutuações, em oscilações, em vibrações, em ondas.

Como já vimos, a ampliação conceitual de **cstrutura** para **ritmo** é extremamente esclarecedora se quisermos entender que todas as plantas, animais e seres humanos passam por **ciclos de atividade e repouso**, e todas as funções fisiológicas e psicológicas oscilam

em ritmos de várias periodicidades. Isso nos dá a base para uma abordagem do conceito de saúde.

Essa concepção enriquecedora é uma visão ecológica num sentido que vai muito além das preocupações imediatas com a proteção ambiental; exige mudanças radicais na percepção dos próprios seres humanos no ecossistema planetário. Requer, em suma, uma nova base filosófica para a nossa civilização, Uma nova hegemonia. Requer a consciência sobre a interdependência das múltiplas manifestações da vida e seus ciclos de transformação. Requer um novo Iluminismo, ou seja, uma percepção abrangente sobre a complexidade da dinâmica dos fenômenos da natureza e da sociedade, desde o micro até macrocosmo.

É importante esclarecer que não nos referimos a qualquer forma de racionalismo abstrato. As constatações que fizemos até aqui nos induzem a ousar pressupor que somente um formidável movimento renovador e inovador poderá revolucionar o processo de produção de conhecimento, com força suficiente para desconstruir a atual concepção da vida e do universo, em sua conceituação e, principalmente, em seu método.

Seguindo essa linha de raciocínio, constatamos que a saúde não é um estado estático de perfeito bem-estar. A saúde é uma atividade metabólica ou psíquica em mudança contínua, refletindo as respostas diversas dos organismos aos desafios ambientais.

Tudo se passa mais ou menos da seguinte maneira: como a condição de uma pessoa depende sempre em alto grau de seu ambiente natural ou social, não pode haver um nível absoluto de saúde que seja independente desse meio ambiente. As mudanças contínuas de um organismo de uma pessoa em relação às vibrações ambientais incluem necessariamente fases temporárias de saúde precária, sendo muitas vezes impossível traçar uma linha divisória nítida entre saúde e doença.

A saúde é realmente um fenômeno multidimensional. Envolve aspectos fisiológicos, psíquicos e sociais, todos interdependentes.

A representação comum, vulgar, de saúde e doença como extremos opostos, como algo contínuo e unidimensional é extremamente simplificadora e, conseqüentemente, falsa.

Ora, sabemos que a maioria das doenças pode ser contrabalançada por um respaldo social e afetivo gratificante, de modo que o estado global do portador venha a ser de

bem-estar. Por outro lado, problemas emocionais ou isolamento social podem fazer com que uma pessoa venha a se sentir doente, apesar de seu bom estado físico.

Essas múltiplas dimensões de saúde afetam-se mutuamente, ou seja, de um modo geral, a sensação de estar saudável ocorre quando tais dimensões estão equilibradas e integradas. A noção de doença é, portanto, uma consequência do desequilíbrio e desarmonia, e pode, muitas vezes, manifestar-se por uma falta de integração. Isto é particularmente verdadeiro em relação às doenças do psiquismo.

Ser saudável significa, portanto, estar em sintonia com si mesmo - física e mentalmente - e também com o mundo circundante. Ou seja, um organismo saudável é necessariamente equilibrado e em harmonia, em seus processos metabólicos, psíquicos e, sem dúvida nenhuma, também quando vivenciando as experiências interativas exteriores, com o meio ambiente, com a cultura, com sua posição sócio-econômica, historicamente determinada. Estar em sintonia com si mesmo significa estar em harmonia em seus processos vitais biopsicossociais naturais e históricos. Por exemplo um ser bem nutrido desde o ventre materno, neurologicamente bem desenvolvido, sexualmente livre, criativo, participativo, altruísta (portanto, solidário), capaz de cultivar e expressar seus sentimentos e emoções, bem informado e culto, em interação numa sociedade onde esta realidade é a regra e não a exceção, é seguramente um ser saudável. Quando uma pessoa não está em sincronia, o mais provável é que ocorra uma doença. O desequilíbrio contínuo criado pelo estresse (um organismo forçado ao seu limite extremo), por exemplo, pode gerar sintomas físicos e psicológicos - tensão muscular, indigestão, ansiedade, insônia - que resultarão em doença(s), ou seja, incapacidade temporária para integrar respostas de nosso corpo a nosso hábito cultural e a nossas normas sociais de comportamento. É importante observar aqui que recentes estudos apontam na direção da constatação de que o estresse prolongado anula o sistema imunológico do corpo e suas defesas naturais contra infecções diversas.

É interessante ainda acrescentar que as situações estressantes decorrem não apenas de traumas emocionais pessoais, ansiedades e frustrações, como também do meio ambiente inseguro criado por nosso sistema sócio-econômico, mais especificamente por suas relações de dominação e exploração expressas na vida cotidiana.

Percebemos, então, que a concepção de saúde como uma totalidade integrada fundamenta-se na concepção da vida como uma totalidade integrada. Conceção esta que percebe os organismos vivos, como sistemas auto-organizadores que exibem um alto grau de estabilidade dinâmica, cíclica. Estabilidade essa profundamente caracterizada por flutuações cíclicas, contínuas, múltiplas e interdependentes. Concebido dessa forma, um organismo - para ser saudável - necessita ser extremamente flexível, necessita de um grande número de opções para interação com o seu meio ambiente. A perda da flexibilidade significa a perda da saúde.

Essa noção de equilíbrio dinâmico é fundamental para a construção do conceito de saúde, como totalidade integrada. Esse "dinâmico" aqui é de uma importância crucial, indicando que o equilíbrio necessário não é um equilíbrio estático, mas um encadeamento complexo de flutuações absolutamente flexível, em movimento, em processo.

Seguindo essa linha de raciocínio, a assistência à saúde consistirá numa política de manter e restaurar o equilíbrio dinâmico dos indivíduos, famílias e outros grupos sociais. Significará indivíduos capacitados a cuidar da própria saúde. Essa espécie de assistência à saúde não poderá ser "fornecida", mas praticada, considerando a interdependência da saúde individual com a dos sistemas ecológicos e sociais em que as pessoas estiverem envolvidas.

Não se trata aqui de ocultar os problemas sociais atrás dos indivíduos, nem muito menos de mascarar o caráter histórico e social dos conflitos.

Muito pelo contrário, desejamos reafirmar que compreendemos que as funções biopsíquicas do homem são, de fato, funções da matéria organizada: o sistema nervoso central. De outro lado, estas funções nada mais são do que reações não-mecânicas da realidade material, histórica e social, na qual se forma a personalidade de cada indivíduo.

É indispensável não ignorar o fato de que a sociedade é dividida em grupos e subgrupos animados por interesses diferentes e opostos, despedaçada em classes antagônicas entre si, dilacerada por constantes tensões e lutas, que as relações de produção não são relações de harmoniosa colaboração, mas relações opostas e inconciliáveis entre proprietários-dominantes e trabalhadores-subalternos.

Todavia, é preciso não ignorar também que a história das sociedades é literalmente a história da reprodução das condições de sobrevivência da própria espécie humana, ou seja, a produção e reprodução dos próprios homens.¹

Contudo, não se pode ignorar tampouco que o homem seja de fato o ponto de intersecção de duas histórias, uma história natural (a evolução biológica) e uma história social (a transformação das relações de produção e das superestruturas).

Sem deixar de considerar qualquer destes aspectos, acreditamos ser possível afirmar que existe uma impossibilidade de conciliação entre a exploração do homem pelo homem e a saúde, tal qual a conceituamos. Não é possível coexistirem relações de dominação (de quaisquer tipos) com os processos dinâmicos subjacentes capazes de propiciar as condições de surgimento e desenvolvimento pleno da saúde, como totalidade integrada.

¹ ver prefácio in *Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*; Engels, F.

2. A VIOLÊNCIA DO HOMEM SOBRE O HOMEM.

A condição de explorado é inequivocamente uma condição prejudicial ao ser humano. É importante esclarecer que o homem é, na verdade, escravo das relações sociais e econômicas nas quais está inserido, e não "escravo de outro homem". Nesse sentido, constata-se que é impossível existir o bom patrão, assim como, se constitui uma contradição afirmar a existência de salário justo. Tanto o bom patrão como o salário justo são incompatíveis com a estrutura alienadora e exploradora do capitalismo. O trabalho alienado, que transforma a vida específica do homem em um meio para buscar sua sobrevivência física, torna-se um ato de violência contra a dupla natureza (animal e humana) do indivíduo, colocando em questão a integridade psicofísica e a própria sobrevivência.

Ressalvando-se algumas sociedades cuja formação histórica constituiu-se em exceção, e assimilando novas e sofisticadas técnicas de controle, o novo padrão de acumulação do capitalismo moderno exaspera, em vez de atenuar, estes fenômenos: "o corpo humano, na sociedade cujo mecanismo básico de desenvolvimento esteja baseado sobre as leis e sobre a racionalidade do lucro e da exploração-dominação do homem por outros homens, torna-se a sede natural das contradições sociais e do primado histórico-determinado do econômico-social sobre o biológico-natural. O corpo humano passa a ser o lugar de vida destinado a sofrer toda a violência da dominação, toda a ferocidade racionalizada do lucro e a catástrofe contínua da repressão-manipulação."²

Gostaríamos de avançar um pouco no sentido de uma hipótese que, ao nosso ver, se encontra relacionada com estas preocupações. Trata-se da relação entre as estratégias políticas dos grupos dominantes e a repressão da sexualidade dos grupos subalternos. Em outras palavras, as relações entre atitudes políticas autoritárias e certos padrões de percepção da sexualidade própria e alheia. Tentemos desenvolvê-la.

² cfr. BERLINGUER, G., in *Psiquiatria e Poder*, Interlivros, 1976, pág. 19.

Parece óbvio que a produção e reprodução de uma sociedade qualquer só é possível mediante a relação entre seres humanos corpóreos.

Inferimos daí que o corpo humano constitui o primeiro e indispensável meio de produção social, constante em toda a sociedade. Sendo assim, podemos dizer que o corpo humano é talvez o principal elemento das relações sociais de produção.

Aparentemente não estamos sendo pertinentes se pretendemos um enfoque sociológico. No entanto, é preciso compreender que o corpo humano é também **uma realidade sócio-cultural**, e não apenas realidade biológica. Ele existe sempre no seio de uma estrutura social, numa dada posição social, em uma fase histórica determinada e dentro de uma cultura específica. Isso quer dizer que o corpo humano é tratado e/ou utilizado de formas diversas, de acordo com as diversas estruturas, posições, fases históricas e ideologias que o possam envolver durante sua existência.

Sem pretender afirmar que o corpo humano seja apenas isso, é sob este prisma que pretendemos tratá-lo, como objeto de análise sociológica. Prossigamos.

A expropriação da força de trabalho em regime de salariedade (sob o capitalismo) é, de certa forma, a expropriação de um meio social de produção, o corpo humano se entendermos o conceito de força de trabalho como sendo a capacidade (energia e informação) corporal dos seres humanos (inseparável do corpo).

Como todo sistema social de dominação, o capitalismo tende a produzir, reproduzir e difundir, não apenas mercadorias, mas também modelos culturais (ideologias) capazes de reforçar e, em alguns casos, substituir a coerção aberta pelo consenso social para a dominação (Gramsci).

A fim de reproduzir as relações sociais dominantes, é preciso "educar" os indivíduos dos grupos dominados e os dirigidos com a propagação de uma imagem alienada de si e do próprio corpo.

É oportuno esclarecer que o termo "educar", neste caso, significa que existe um sutil e intrincado processo disciplinador, baseia-se na descoberta do **nexo psicofísico**, o qual possibilita concretizar a alteração dos gestos, comportamentos e posturas das pessoas, permitindo a manipulação/contenção dos impulsos e condicionando o corpo e a mente para a

obediência e o conformismo, na família e no trabalho, como resultado da sublimação da energia da sexualidade reprimida.

Deve-se ter presente ainda que o resultado desse processo de alienação objetiva é a aparência absolutamente necessária ao funcionamento e reprodução do sistema, a aparência da "normalidade social", consensualmente aprovada pela maioria das frações de todas as classes, dominantes e dominadas. A alienação transfigura-se na aparência necessária, e sancionada socialmente. Institucionalizada, não permite ao senso comum visualizar qualquer possibilidade de vida social organizada diferentemente, o que assegura a manutenção e estabilidade do status quo. Ou seja, a imagem alienada é assimilada como a única imagem verdadeira. Prossigamos.

Subjacente a isso, no entanto, percebemos que toda expropriação do corpo (notadamente a expropriação da sexualidade) diminui a capacidade humana de se rebelar e de transformar a ordem estabelecida. Percebe-se aí a manifestação do poder disciplinar sendo exercido ao nível dos indivíduos, em suas mentes, em seus corpos, através de sua rede de dominação.

É claro: "se meu corpo já não é meu, se minhas pulsões, relações e atividades foram domesticadas a um ponto que me leva a subordinar meu corpo a um sistema inquestionável de normas (exteriores, anteriores e superiores a mim), então será também fácil que eu subordine (à autoridade) meus impulsos rebeldes, minha capacidade de atividade política transformadora"³.

E esta domesticação é diretamente proporcional à capacidade que o sistema possui de expropriar o corpo, a sexualidade, visando a reduzir o ser humano a um simples instrumento social de produção; aliás, a principal força produtiva do processo.

O traço significativo de manifestação dessa expropriação, como ela se dá concretamente, consiste na instauração da sexualidade como dimensão individual e isolada (além de apresentá-la como uma espécie de energia maligna que deve ser reprimida).

Aliás, esse é um dos traços característicos de qualquer ideologia dominante e constitui a base de toda a teoria do poder psiquiátrico.

³ FOUCAULT, M., in História da Sexualidade I - A Vontade de Saber, Ed. Graal, 1977 - Rio.

"Minha sexualidade não tem nada a ver com a história, com a economia ou com a política".

Ou seja, além de possuir uma imagem alienada de si próprio, o trabalhador tem - objetivamente - presente a expropriação cotidiana do seu corpo, o qual é utilizado como instrumento de produção; tanto mais eficazmente quanto menor seja a sua capacidade de perceber essa realidade. Dessa forma, o indivíduo se mantém despreocupado da política, desligado das lutas ao seu redor, e incapacitado para questionar sua própria situação objetiva e subjetiva.

Evidentemente, que a "apropriação" dessa ideologia não é tranqüila, nem linear, ainda que obtenha um efeito significativo de reprodução.

Buscaremos detectar em que medida esses elementos influenciam o processo de formação de doença mental na fração de trabalhadores que constitui o nosso universo de estudo.

Ampliando mais um pouco essas reflexões, procuraremos desenvolver essa discussão tentando o mesmo raciocínio, mas procurando envolver todas as necessidades sociais básicas dos grupos subalternos (não apenas as sexuais). Quer dizer, em verdade, acreditamos que trata-se de reapropriar o valor de uso dos meios de consumo coletivo, de inverter a lógica do capitalismo, desconstruir as relações autoritárias para construir as relações de reciprocidade e solidariedade. É óbvio que as novas relações, historicamente determinadas em cada formação social, serão de natureza essencialmente diferente da lógica capitalista. É preciso substituir (desconstruir e reconstruir) o processo inerente ao despotismo capitalista, que induz ao individualismo, ao egoísmo, à competição, por outro processo de natureza fundamentalmente diferente, que conduzirá a relações de solidariedade e altruísmo, onde as soluções serão predominantemente coletivas.

Estas questões, ainda que superficialmente apresentadas, nos permitem afirmar que, pelo menos por enquanto, estamos convictos de que o ponto de interrupção dos processos de formação das psicopatologias encontra-se além das relações autoritárias.

Por outro lado, do ponto de vista do conceito de saúde aqui desenvolvido, nossa sociedade se constitui uma eficientíssima Indústria do Adoecer. A paisagem que se

desenrola diante dos grupos subalternos é a do trabalho árduo constante, sem fim e sem finalidade.

É interessante observar como essa reprodução ocorre na sociedade brasileira, onde o capitalismo (tardio e periférico) se concretiza através de um modelo brutalmente concentrador, com a conseqüente geração de uma leva cada vez maior de desempregados, desnutridos, doentes e miseráveis, onde o simples fato de estar ligado diretamente ao sistema produtivo pode ser considerado um privilégio. É possível se constatar fenômenos atípicos, no limite da pressão pela sobrevivência cotidiana, relacionados com o nexos psicofísico que se estabelece como correia de transmissão entre a racionalidade do sistema e os efeitos do psiquismo de cada pessoa. Refiro-me à fração dos trabalhadores que conseguem se tornar parte da previdência social.

"Privilegiados" porque conseguiram um status mais elevado dentro da miséria, isto é, conseguiram ser previdenciários, abre-se para eles a percepção de uma nova saída para os momentos em que o desespero se organiza (se somatiza) violentamente.

Mas esta saída tem fundo cego, implica no paulatino e real enlouquecimento, implica na entrada sem possível retorno no labirinto das doenças mentais. Vejamos.

Em sua grande maioria são migrantes. Foram expulsos do campo pela dificuldade de encontrar lugar nos estreitos limites de produção agropecuária e pela atração que a cidade exerce, quer esta tenha alcançado ou não altos níveis de industrialização. Tal força de trabalho marginalizada no campo é empurrada para a miragem urbana. No interior persistem as ligações sociais camufladas de ligações parentais, os papéis são bem determinados, nitidamente hierarquizados e a autoridade é personalista. No interior persistem traços da economia de escambo e é possível a plantação particular de alimentação primária. Na cidade ocorre a pulverização de papéis, a despersonalização da autoridade, a completa monetarização da economia, a absolutização da propriedade privada do solo, toda subsistência tem que ser retirada do salário por ganhar.

O trabalhador (rural) procura desesperadamente reencontrar as ligações perdidas. Uma das opções será o "feudo" psiquiátrico. Assim, teremos um indivíduo com estrutura de personalidade formada no campesinato, jogado num espaço industrial, mas sem condições de formar consciência sequer do lumpenproletariado (favela, marginalidade, vício,

prostituição, etc) e sendo vítima de maciça comunicação ideológica (competitiva) das chamadas classes médias urbanas.

Droga: o freio social

Antes de mais nada, é preciso entender que a relação paternalista existe **com** o consentimento do subordinado. Há sempre a expectativa de que haja a doação. As personalidades formadas a partir da introjeção da moral sexual repressiva desenvolvem uma espécie de medo à vida e, portanto, não estão preparadas para relações de igualdade: esperam sempre o favor, em troca do comportamento servil. Na relação médico/paciente também se reproduz o paternalismo.

O indivíduo vai ao médico, carente de estatuto psiquiátrico para sua doença social. Mesmo que o psiquiatra não identifique a doença e suas causas, identificará um quadro clínico aparente, reconhecerá (?) os limites da própria intervenção e para curar sua ansiedade desejará doar algo ao paciente. Numa relação paternalista de submissão, é necessário que alguém sempre doe e alguém sempre receba. Dentro do arsenal médico, primeiramente serão mobilizadas as vitaminas. Na sintomatologia referida, que não faz síndrome reconhecível, identifica-se logo insônia, agitação e dor de cabeça. Então o médico prescreve soníferos, ansiolíticos e analgésicos. O universo de renda do nosso paciente é o de menos de 1/3 do salário mínimo mensal per capita. Não havendo poder aquisitivo, a medicação prescrita se restringirá ao que a Previdência tiver para doar. De novo o doar em nossas relações...

As drogas controlarão sintomas enquanto estiverem agindo no organismo, mas ao passar o efeito, porque as causas não foram abolidas, toda a sintomatologia retornará intacta. Assim vai ficando freqüente e crescente o uso de medicamentos. Com o paciente habituado (todo psicotrópico cria hábito) e como de vez em quando falta droga menor no balcão da Previdência, o médico apelará para o uso de drogas poderosas, como os neurolépticos. E o uso

continuado deste cria efeitos colaterais do tipo das agitações, tremores, enrijecimento muscular, entre outros. Mais drogas precisam agora ser mobilizadas para controlar a sintomatologia colateral potenciadora da sintomatologia original. Está feito o ciclo vicioso da poluição farmacológica, também chamada de "doenças iatrogênicas".

Mascarando a luta de classes

A luta de classes obedece a um processo histórico, isto significando que ele surge devido a determinadas circunstâncias reais. A consequência é que a luta de classes pode ser bloqueada, retratada, mascarada.

Vejam os que aconteceu no caso em questão:

O patronato desvia o atrito reconhecendo o trabalhador como doente; envia-o para os cuidados da instituição autoritário-paternal.

O perito não reconhece a incapacidade de trabalho e o psiquiatra quase reconhece a doença (diz que não há doença, mas prescreve medicamentos). O perito não confere licença e o psiquiatra não interna.

O patrão joga o trabalhador para o perito, e o perito para o psiquiatra, o psiquiatra o devolve ao patrão. O patrão rejeita aquela força de trabalho fragilizada e pouco rentável, mas se justifica aceitando a doença do trabalhador, se aliando, a nível do discurso, com ele.

O trabalhador se aceita, então, totalmente, como doente.

Assim o conflito trabalhador versus patrão, muda para trabalhador versus perito versus psiquiatra. O conflito deslocado é demonstrável através do ódio expresso através de ação predatória: quebra de objetos no consultório, agressão física contra o técnico, funcionários, etc. Ou ainda pela dolorosa e dramática linguagem corporal das convulsões.

Vimos como é limitado o contingente de possibilidades da atuação terapêutica, ou seja, como os interesses contraditórios e a própria convivência do dominado na

relação paternalista impedem que se estabeleça um processo de reversão das condições de surgimento dos fenômenos psicopatológicos.

Tal processo se conclui com a camuflagem de luta de classes. Deste modo, o psiquiatra não enxerga a possibilidade de se tornar agente conscientizador e, de outro lado, será encarado sempre persecutoriamente como inimigo, autoritário e muito poderoso.

As cristalizadas relações de alienação

Da história das insatisfações populares, sabemos que a primeira forma de explosão é a "rebeldia individual" sem causa (delinqüência, suicídio, entre outros) e depois esta se amplifica na rebeldia coletiva (depredações espontâneas por grupos desorganizados). A partir disso, emergem lideranças místicas, até a geração da consciência organizativa a nível social e político. Os vários traços de personalidade que encontramos na observação da psicologia são os vários tipos de agressividade (reprimida, reativa e livre). Já nas observações da psiquiatria, colhemos uma constelação sintomatológica composta principalmente por impulsos destrutivos:

Isto situa toda uma população sob o limite máximo de pressão, dentro da primeira escala proposta de rebeldia, já ocorrendo fenômenos do segundo e terceiro tipos. Agora, por sua percepção burguesa do conceito de saúde e por sua percepção positivista da prática médica, a maioria dos psiquiatras vive o papel de dominador em mais esta dicotomia dominador/dominado. Se aprendeu uma tecnologia mais sofisticada do controle humano, pelo lado da inconsciência de sua ação como político, melhor dizendo, do desconhecimento do mecanismo sócio-econômico que determina a relação dominador/dominado e também a ele como dominador, e que, por fim, determina sua própria situação de dominado frente a outras dicotomias, frente a outras microrrelações de poder... então podemos concluir que grande parte dos psiquiatras está se comportando tão alienadamente como o paciente.

É preciso compreender que há uma relação entre a ideologia da maioria dos psiquiatras (controladores) e a concepção positivista da ciência médica instalada e a sua decorrente percepção do real.

Para ser ciência, a Psiquiatria deveria construir e reconstruir permanentemente os seus conceitos, baseada na lógica e na experiência, de forma a não possibilitar a emissão de hipóteses-diagnóstico baseadas apenas em síndromes pouco definidas, todavia, muito perturbadoras da ordem estabelecida. Sabemos, p.e., que, um alto percentual de "casos psiquiátricos" são simples alcoólatras crônicos subnutridos, frutos das péssimas condições de vida e trabalho da maioria dos grupos subalternos.

Além disso, é evidente que existem tratamentos diferenciados para a mesma síndrome, a depender da classe social do paciente. Uma alteração do psiquismo num membro da classe dominante pode ser considerada apenas uma excentricidade sem maiores conseqüências. A mesma ocorrência num elemento dos grupos subalternos provavelmente será considerada como caso de internamento, com intervenção medicamentosa e medidas de contenção.

Estas evidências demonstram que é possível se questionar a classificação da Psiquiatria como ciência.

Ou seja, a relação médico-paciente nada mais é do que uma reprodução da relação de dominação ou, melhor dizendo, um disfarce da relação dominador-dominado, eivada de paternalismo e submissão.

É possível, então, constatar que, salvo exceções, o doente mental faz protesto político inconsciente e o psiquiatra faz repressão política inconsciente.

Ambos foram coisificados pelas cristalizadas relações de alienação.

O trabalhador é um doente social

Ele está alienado do controle social e do controle da produção. Produz sem prazer e sem nenhum outro ganho secundário de origem psicológica, só é motivado pela premente necessidade de sobrevivência. Trabalha como se fosse uma máquina submetida a estresse contínuo, a desgastes oriundos das massacrantes jornadas de trabalho, acrescidas das condições precárias dos transportes coletivos. O que ganha mal dá para a alimentação e,

portanto, não há a mínima possibilidade de verdadeiro lazer... as férias são vendidas em troca de um salário extra... e a vida é apenas um imenso e doloroso cansaço.

É claro que existem válvulas e fugas. Temos a cachaça (12,5 litros por ano, per capita)... que nos conduziu a cifra astronômica de 15 milhões de alcoólatras. Temos o olho padronizador do nosso Big Brother também conhecido como Rede Globo, (a quem devemos agradecer pelos nossos sentimentos de frustração generalizada pela constatação diária de nossa incompetência em alcançar o sucesso na competição consumista). Temos o futebol aos domingos, temos o carnaval e de quatro em quatro anos temos os jogos da Copa.

Mas as válvulas apenas prolongam o pavio aceso, adiando a explosão.

E a explosão, como acontece? ou melhor, como enlouquece nosso trabalhador?

Todos sabemos que a doença social não tem estatuto de doença, não assegura cuidados e benefícios. O que o trabalhador pode almejar é receber permissão para continuar trabalhando. Os grupos dominantes, inclusive, elaboram a ideologia da preguiça, da imoralidade e da irresponsabilidade inatas ao trabalhador.

Para a liberação do desespero cotidiano do trabalho e da fome é preciso, única saída pressentida, adoecer com estatuto.

Adoecer com estatuto. Aqui cabe discutir o neurotizante conflito entre o possível e o desejável, entre a realidade e a esperança.

Nosso trabalhador ganha o status de previdenciário e, dentro de sua lógica mecânica, a cota de salário que vai para a previdência precisa ser reativada: atenção médica, ingestão de medicamentos da CEME, licença-saúde e aposentadoria.

A passagem do nível social para o orgânico é medida pela fragilidade orgânica potencial (subnutrição, nível de estresse, distúrbios hormonais, infecções mal curadas, etc...), pela legalidade da doença orgânica (objeto exclusivo do saber e da prática médica) e pelo estreitamento da consciência (de si mesmo, da natureza e da sociedade).

Em verdade, o que o trabalhador sente é um conjunto de sensações ruins fraqueza, mal-estar, dores e falta de apetite, o que para ele só podem representar algum tipo de doença orgânica determinada.

Vários pacientes se queixam: "sou tuberculoso, tá vendo essa tosse?" "mas a perícia não quer me dar a licença..." isso equivale a dizer: "não me aceitam como doente orgânico? Então me obrigam a me tornár louco".

A não legalização de sua doença orgânica o leva irreversivelmente para o campo das doenças mentais.

As psicoses não são "escolhidas" por causa da profunda desorientação, do radical afastamento da realidade, da existência dos automatismos mentais que impedem o controle destas doenças pelo trabalhador. Eles podem caminhar para uma psicose, principalmente as não-especificadas, pela contínua representação da doença. Ocorre, mais ou menos, o seguinte:

Em nossa sociedade, a observação do cotidiano permite-nos constatar que, assim como o trabalhador é dono de sua força de trabalho, mas não pode dispor dela; assim como produz mercadorias e não controla sua comercialização e consumo, da mesma forma ele cria sua doença e dela perde o controle...⁴

E a psiquiatria, ao aceitá-lo como assunto seu, está eximindo de responsabilidade a organização social que gerou a necessidade de enlouquecer para sobreviver.

Poderíamos até mesmo afirmar que diante dessas circunstâncias a maioria dos psiquiatras se torna cúmplice da INDÚSTRIA DO ADOECER. Tornam-se, de um modo geral, agentes diretos da violência do homem sobre o homem, apesar de serem, eles mesmos, também instrumentos passivos no processo de dominação.

⁴ O problema é tão mais grave que, atualmente, existem cerca de 22 milhões de brasileiros classificados como doentes mentais.

3. A MORAL SEXUAL REPRESSIVA

Engels, pretendendo integrar a sexualidade na concepção materialista da história como fator influente na formação histórica, escreveu no prefácio de sua obra "A Origem da Família..."

"Segundo a concepção materialista, o fato determinante da história é em última análise a produção e a reprodução da vida imediata. Ora, esta é dupla por natureza. Compreende por um lado a produção de alimentos e artigos para vestuários, da habitação e dos utensílios próprios para o seu fabrico; por outro lado, a geração de homens enquanto tal, a perpetuação da espécie, as instituições sociais que presidem a existência dos homens de cada época histórica e de dado país são determinados pelas duas espécies de produção; pela evolução do trabalho e pela da família".

Ou seja, podemos compreender que há na humanidade duas necessidades fisiológicas básicas, a necessidade de alimento e a necessidade sexual.

Como a necessidade de alimentos não está sujeita a sublimação a que pode ser submetida a tendência sexual, mas tem que ser, bem ou mal, satisfeita, ela não possui a função elaboradamente complexa que a tendência sexual atinge na formação da estrutura psicológica.

Reforçando essa idéia, encontramos no próprio Marx (in "O Capital") a distinção entre duas espécies de necessidades, as que têm origem no "estômago" e as que têm origem na "imaginação".

Evidentemente, que as necessidades com origem na "imaginação" correspondem ao que as teorias psicológicas contemporâneas revelam como transposição ou derivação das tendências sexuais sujeitas a transformações, via de regra como consequência da repressão. Equivale a dizer que são necessidades subjetivas, que ocorrem na estrutura psíquica dos seres humanos.

Essas necessidades subjetivas nunca são apresentadas como necessidades inerentes ao processo de reprodução, mas são sempre apresentadas como simples necessidades individuais de eliminar a tensão sexual, ou seja, como simples desejos de satisfação sexual sem qualquer relação com o sistema de dominação política.

Além disso, na concepção de Engels, ainda não está devidamente esclarecida a dupla função da sexualidade: 1) a função de reprodução e; 2) a função orgástica, biogenética, de prazer e equilíbrio do processo dinâmico do psiquismo.

A sexualidade não exerce a função reprodutora senão quando alcança um estágio relativamente tardio, ou seja, após a puberdade, enquanto que a função da satisfação sexual, orgástica ou não, surge imediatamente após o nascimento, concomitantemente ao instinto alimentar.

Esse é o aspecto natural da questão. No entanto, permanece em aberto a necessidade de compreendermos qual o processo social que está subjacente a tudo isso. É fácil compreender qual o processo natural de satisfação da fome e da sexualidade, conhecer a fisiologia do metabolismo, a fisiologia dos órgãos sexuais e até mesmo a psicologia sexual.

Todavia, é preciso também buscar compreender como é estruturada a sociedade e se essa sociedade garante ou não o atendimento dessas necessidades básicas. A sociedade encoraja ou inibe a satisfação dessas necessidades?

Se a sociedade interfere com a satisfação dessas necessidades, em vez de as encorajar, quais as razões por que o faz? Que classe ou grupo social é responsável por isso? Qual o mecanismo utilizado para essa manipulação?

Na sociedade capitalista, é um fato que a maioria dos seus membros se vê forçada a um regime alimentar desequilibrado e insatisfatório. É também um fato que a maioria das pessoas se vê obrigada a viver num regime sexual insatisfatório e negativo ao seu equilíbrio psíquico.

É preciso então investigar por que razão a sociedade capitalista, quase sempre patriarcal e autoritária, cria instituições capazes de fazer a sociedade funcionar e se reproduzir sem que as necessidades básicas da maioria das pessoas sejam atendidas.

É preciso investigar porque as relações sociais de produção e os correspondentes interesses dos donos do poder são causa do regime sexual desordenado, repressor e

desorganizador do psiquismo da maioria dos membros da sociedade, com todas as suas conseqüências perturbadoras e nocivas.

Para compreendermos essa questão, é necessário separar a economia sexual do indivíduo e a economia sexual estabelecida pela sociedade.

A noção de regime sexual ordenado ou desordenado depende da possibilidade de compensação das tensões que caracterizam o processo psíquico do indivíduo médio. Um regime sexual desequilibrado gera satisfação substitutiva: atitudes tensas na realização das tarefas, sintomas neuróticos, transferências, enfim.

Em contrapartida, a forma como a sociedade organiza a vida cotidiana, condiciona a qualidade do equilíbrio ou desequilíbrio ou das tensões do processo psíquico de cada indivíduo em suas relação com os outros.

Quando o processo psíquico se encontra de tal modo deformado pela influência de uma educação repressora que se torna incapaz de utilizar as possibilidades disponíveis, quando a angústia e a privação provocam sensações excessivamente penosas, então a estrutura psíquica passa a lidar com formas substitutivas de realização sublimada, cuja finalidade é conseguir o alívio das tensões seja a que preço for. Resultam então daí neuroses, perversões, modificações patológicas de caráter, fenômenos anti-sociais, distúrbios de conduta e perturbações na capacidades de trabalho.

O impulso sexual pode ser considerado como um elemento constitutivo da base da sociedade, mesmo se modificado pelo processo social, pois ele é uma parte verdadeiramente fundamentada do "indivíduo real" e determina as suas ações com sentido definido.

Na medida em que a miséria, material e sexual, é um fenômeno resultante da regulamentação normativa da vida, derivada dos estresses de uma economia baseada na exploração, podemos afirmar que a relação entre a opressão sexual e a material da vida cotidiana obedece a uma dinâmica de um conjunto articulado de processos, com dois efeitos assimétricos:

Enquanto que a privação material abrange apenas os grupos subalternos, a privação sexual é um fenômeno que atinge todas as categorias da sociedade de classes, mas cuja raiz se encontra também na racionalidade da sociedade de classes.

As privações materiais de alimentação, habitação e lazer deficientes não apenas aumentam a miséria sexual do proletariado, como, além disso, impedem a possibilidade de extravasamento das tensões através de comportamentos "fora do comum", que poderiam aliviar parcialmente o estresse, o que está permitido em qualquer ocasião aos membros da classe dominante.

Reich, em seu livro "Irrupção da Moral Sexual Repressiva" nos ensina que: "Na história da humanidade, a ordem sexual, relacionada de determinada forma com os interesses econômicos produtivos da sociedade, transformou-se, do seu estado natural de afirmação e sustentáculo da economia sexual humana, numa negação sexual e numa ordem repressiva que obriga a um modo de vida hostil à economia sexual. Esse acontecimento histórico expandiu-se em inteira dependência da transformação que levou da sociedade matriarcal à sociedade patriarcal, e do comunismo primitivo à sociedade baseada na propriedade privada. A repressão sexual é desconhecida na sociedade natural, e encontra-se igualmente ausente de qualquer organização dos seres vivos. A propriedade privada e o patriarcado nascente criaram a totalidade dos interesses econômicos que culminam na base social da moral sexual negativa e na conseqüente economia sexual humana perturbada. A moral sexual negativa vai buscar tanto a sua justificação como as suas contradições nas fases, de desenvolvimento contínuo, de economia privada e mercantil. No capitalismo, a moral sexual negativa instaura-se como um fator reacionário explícito, torna-se um dos principais sustentáculos da igreja e, em certo sentido, leva à sujeição os grupos subalternos oprimidos perante o capital e suas instituições".

Vamos tentar pensar esse processo em seus dois segmentos: objetivo e subjetivo. Lembremo-nos de que, na sociedade de classes, as relações sociais produzem efeitos assimétricos nos grupos dominantes e nos grupos subalternos.

Na burguesia, regra geral, produz auto-satisfação, tendência à conservação e a ilusão de que ela é o sujeito que promove a produção do mundo material. Para os trabalhadores e oprimidos de um modo geral, porém, a tendência é produzir instabilidade, desequilíbrio. Como pólo negativo da contradição, os trabalhadores vivem diretamente a apropriação do sujeito pelo objeto (alienação objetiva) e tendem a negar a sua situação de classe de diferentes modos, dependendo de sua forma de inserção social e, de sua conseqüente visão do mundo.

Como sabemos existem graus diferentes de alienação, ou seja, no plano ideológico, as relações alienadas envolvem as duas classes fundamentais num mesmo processo. Mas, enquanto a burguesia movida por seus interesses de classe procura conservar e ampliar a situação alienante, os trabalhadores permanecem esmagados pela contradição entre a ideologia dominante (incorporada à estrutura psíquica) e a vivência de sua situação de classe dominada (que é objetiva e dolorosamente real). Isto é, a alienação em que se encontram os grupos subalternos é duplamente contraditória. Em outras palavras, quer isto significar que no processo de formação da consciência dos grupos subalternos (sua experiência de vida concreta) coexistem conflitantemente duas tendências: uma espécie de apatia conformista, gerada pela introjeção da moral repressiva, e uma inquietude (que pode ou não conduzir ao novo) decorrente da insatisfação inerente à sua condição de classe, ou melhor, de suas necessidades básicas mal atendidas.

Esse conformismo, produto na maioria das vezes da impossibilidade de apreender a contradição entre os interesses individuais e os de classe, é reproduzido principalmente pela eficácia do exercício da ideologia dominante, através das instituições sociais básicas, componentes da sociedade civil, com a função precípua de organizar a sua reprodução e perpetuação.

Ou seja, na sociedade de classes, o mesmo processo ideológico que organiza todos os aspectos sociais em função dos interesses dos grupos dominantes, é desorganizador sob todos os aspectos em relação aos interesses dos grupos subalternos.

O conformismo, expresso no comportamento dos grupos subalternos, pode ter também como uma de suas causas a contradição entre o saber e o agir (ou a possibilidade de agir). E, nesse caso, ele é imposto pela moral repressiva e pode vir a ser elemento gerador de um processo de desequilíbrio da saúde mental, independentemente da posição dos indivíduos na produção.

É possível afirmar, portanto, que nos momentos de crise ou de enfrentamento de classes, as contradições objetivas cristalizam-se no plano subjetivo. Quer dizer, a consciência de classe dos grupos dominantes passa, então, para a defensiva diante de problemas cujas soluções estão além do contexto das relações alienadas, além das relações de dominação.

Quando nos referimos a momentos de enfrentamento de classes, pensamos no que representa o desequilíbrio da estrutura psíquica dos trabalhadores enquanto "contestação", enquanto desafio ao poder hegemônico da burguesia, enquanto negação da sociedade alienante. Este fenômeno significa, de fato, um enfrentamento de valores, idéias, normas, padrões e comportamentos historicamente constituídos. Enfrentamento desorganizado e desorganizador politicamente, mas de tremendas conseqüências existenciais à medida em que se torna um problema crescente, cada vez mais difícil de enfrentar (controlar) nos limites do sistema, dificultando sobremaneira a reprodução ampliada de suas relações fundamentais, dificultando a manutenção no consenso e ativando os mecanismos de coerção aberta, via prisões e internamentos.

Isso significa que a violência institucionalizada é, na verdade, uma defesa, uma fraqueza dos donos do poder ante um fenômeno que eles não podem controlar: o verdadeiro poder é exercido sem violência, por consenso ideológico.

Este enfrentamento é tanto mais significativo quanto se percebe a profundidade e a complexidade do processo de introjeção da moral conservadora ao nível da estrutura psíquica dos indivíduos, com o propósito de domesticá-los para utilizá-los como força de trabalho geradora de valor e de mais-valia.

Sabemos que a moral não pode ser mantida apenas por exigência ou através de leis. Para satisfazer inteiramente o seu objetivo econômico, a restrição permanente da satisfação das necessidades sexuais e materiais tem que enraizar-se mais profundamente; tem que começar a efetivar-se na primeira infância, quando a resistência do ego ainda é fácil de vencer.

É preciso que se transforme, de exigência externa de um grupo social dominante, em moral interiorizada para todos os membros da sociedade.

Essa mudança ocorre por meio de uma modificação profunda na estrutura psíquica dos indivíduos da massa trabalhadora, basicamente na esfera sexual, reprimindo-a; gerando um conflito entre o naturalmente sexual e uma moral hostil ao desenvolvimento da sexualidade. Esse conflito evolui para um ego com medo de castigo e um ego conscientemente desejoso de satisfação sexual e, finalmente, evolui para um ego moralista que permanentemente

suprime os impulsos sexuais: dessa forma, a moral da sociedade de classes reproduz a si mesma no indivíduo.

A negação e a repressão sexuais, e portanto os interesses econômicos dos poderosos, são garantidos da seguinte forma:

1) a moral da sociedade é reproduzida em todos os indivíduos sujeitos à mesma condição econômica;

2) esses indivíduos, assim transformados, influenciam os seus descendentes de acordo com as suas atitudes morais e não de acordo com as suas necessidades reprimidas;

3) mantendo-se a situação econômica de exploração, esta reproduz constantemente as exigências morais da classe dominante, de modo que a pressão externa se mantém.

Assim, devemos distinguir entre a produção e a reprodução da moral. A primeira surge-nos como imposição "cultural" do grupo dominante; a segunda, no entanto, surge em todos os membros da sociedade como moral individual. Percebe-se, então, que a relação entre a base econômica e a superestrutura ideológica não é, como vimos, uma relação direta.

Essa moral social, enraizada em todos os indivíduos e que reproduz permanentemente a si mesma, tem dessa forma um efeito recíproco, na base econômica, de orientação conservadora.

A pessoa explorada defende a ordem econômica que possibilita a sua própria exploração; a pessoa sexualmente reprimida defende a ordem sexual que restringe a sua satisfação, que a torna desequilibrada, e repele qualquer outro sistema que pudesse efetivamente corresponder às suas necessidades.

Essa contradição se explica pela ocorrência da introjeção da moral dominante por parte dos indivíduos durante a formação de suas personalidades. As pessoas adotam os valores que interessam ao sistema de dominação como se fora opinião própria. A moral dominante transfigura-se em princípios morais individuais. Ou seja, as pessoas pertencentes aos grupos subalternos adotam, como se fosse seu o discurso moralista dos donos do poder: o dominado vê a si próprio com os olhos do dominador, a despeito de ser o resultado absolutamente desfavorável para sua estratégia de vida.

É dessa forma, dolorosamente cruel e contraditória, que a moral sexual repressiva cumpre a sua função, cumpre os seus objetivos econômicos.

Ou seja, encaradas pelo ângulo da moral dominante, as práticas e idéias sexuais que não se submetem aos padrões morais vigentes, são consideradas como vícios, pois o seu contrário os padrões são tratados como virtudes. O vício possui três sentidos: em primeiro lugar, é disposição habitual para o mal (assemelhando-se, portando, ao pecado); em segundo lugar, é uma tendência ou impulso reprovável, incontrolável, decorrente de uma imperfeição que impede que alguém siga sua destinação racional, normal (nesse caso, vício é defeito; se aproxima de doença); em terceiro lugar, vício é sinônimo de depravação, identificado por uma prática sexual reprovada pelos padrões morais.

Nos três sentidos, há referência à norma. No primeiro caso, a norma é produto da natureza, e o vício é algo antinatural; no segundo caso, a norma tanto pode ser natural quanto social, e o vício é imperfeição contra a natureza ou impulso anti-social; e, no terceiro sentido, a norma é inteiramente social, e o vício é corrupção.

Evidentemente essas noções são introjetadas e racionalizadas através dos mesmos mecanismos com os quais se reproduz a moral dominante, sendo que o estabelecimento do nexó psicofísico é o elemento concretizador da introjeção, ao nível do corpo. A somatização se traduz nas posturas, nos gestos, nas tensões musculares, nos bloqueios fisiológicos e, conseqüentemente, em síndromes de diversas espécies que irão se manifestar ao longo da vida individual e de acordo com sua posição sócio-econômico-cultural.

A racionalização fundamental será oferecida como forma de proteção: proteger os indivíduos (supostamente virtuosos) contra o vício e proteger as instituições sociais contra os viciados, pervertidos, corrompidos, depravados.

Toda uma pedagogia repressora poderá ser montada, então, para reprimir sexualmente crianças, jovens e adultos, em nome da proteção de sua suposta virtude ameaçada, contra hábitos sexuais não aprovados pelos padrões morais vigentes.

Dessa forma, diversas instituições são sancionadas pela sociedade para disciplinar o comportamento do ponto de vista moral, prevenindo vícios e inculcando hábitos sexuais virtuosos; ou exibindo e sinalizando publicamente, estigmatizando, punindo os casos de desvios e depravação.

Dessa forma, estão montados os dispositivos de repressão sexual, disfarçados de defensores da virtude, da moral e da normalidade.

CAPÍTULO II - A REALIDADE OCULTA

1. AS MICRORRELAÇÕES E OS PROCESSOS SUBJACENTES
 - 1.1. Poder disciplinar
2. O CORPO E A SEXUALIDADE REPRIMIDA

"O processo vital é inerentemente racional. Toma-se distorcido e grotesco se não lhe é permitido desenvolver-se livremente." (Reich, 1948)

1. AS MICRORRELAÇÕES E OS PROCESSOS SUBJACENTES

Reich, em seu livro "Psicologia de Massa do Fascismo" nos chama a atenção para o fato de que as classes trabalhadoras assimilam e vivenciam, em sua vida cotidiana, os valores e comportamentos da ideologia dominante, da ideologia da classe dominante.

Trata-se do "emburguesamento ideológico do proletariado", ou seja, o trabalhador passa a se ver com os olhos do patrão.

Para se adquirir condições de combater esse processo de contaminação ideológica, é necessário compreender, o mais claramente possível, como de fato ocorrem as contradições nos trabalhadores. É preciso ter em conta que não se trata de uma consciência de classe, mas que os elementos da estrutura psíquica dos grupos subalternos estão contraditoriamente misturados com outros elementos contrários aos seus verdadeiros interesses. É preciso dar o justo valor à extraordinária importância dos pequenos fatos do cotidiano de todos os trabalhadores.

Observamos que ocorrem, a cada dia, milhões e milhões de microrrelações que jamais estarão registradas em nenhum livro de história de qualquer povo. Não estarão registradas em nenhum livro, mas traduzem concretamente o efeito da "domesticação" das emoções, da sexualidade, da criatividade, da curiosidade, da consciência de milhões de milhões de seres humanos.

O nível político de compreensão da realidade deve penetrar mais profundamente nas "pequenas fendas da vida cotidiana".

"A família é a miniatura do Estado". (Reich - In: A FUNÇÃO DO ORGASMO). Isto quer dizer, em outras palavras, que não se lida, de fato, com os processos econômicos macroestruturais, mas com sua representação psíquica na "cabeça dos homens", ou seja, com as estruturas humanas, com as estruturas de personalidades, formadas pelas relações de produção e pelos sistemas de dominação ideológica.

De que maneira ocorre o processo de introjeção da ideologia dominante ao nível do indivíduo ?

De que forma se expressam, com o olhar, com gestos, com o corpo enfim, os preconceitos, os medos, os sentimentos de culpa e as posturas repressivas ?

De que forma a família interage multiplamente com todos os demais mecanismos de reprodução da ideologia dominante, notadamente com os grandes meios de comunicação de massa ?

Sabemos que, do ponto de vista do materialismo histórico, a família não pode ser considerada como a base do Estado, mas é possível considerá-la como o "aparelho ideológico" central mais importante para a reprodução ideológica e perpetuação do sistema de dominação burguês. É a base da reprodução da sociedade civil.

Se buscarmos conhecer mais profundamente as microrrelações do cotidiano, na família e no trabalho, será possível compreender melhor os processos psíquicos com cuja ajuda indispensável o processo de produção se realiza, se reproduz e se mantém. Será possível compreender por que existem milhões de reprimidos sexuais e milhões de mulheres resignadas ao seu papel de mãe e a influência que esse fenômeno tem sobre o comportamento político das massas trabalhadoras.

É preciso compreender também a função política da repressão sexual na educação das crianças e os processos psíquicos que se desenvolvem para a formação de personalidades adaptadas aos interesses políticos e econômicos das classes dominantes.

Caracterizada a importância de se compreender melhor a estrutura e os processos de formação da personalidade, vamos procurar expor o nosso entendimento sobre a estrutura do caráter do homem moderno, reflexo de uma cultura patriarcal e autoritária, capaz de gerar a sujeição psíquica de crianças e adultos.

Segundo Reich, "A estrutura média da maioria das pessoas transformou-se em uma estrutura marcada pela impotência e pelo medo à vida". Este medo à vida é o elemento fundamental que reduz homens a fantoches, prontos para obedecerem cegamente aos seus exploradores.

A educação autoritária constitui a base psicológica das massas populares. Os elementos básicos são a mistificação do processo vital, um concreto desamparo de caráter material e social, o medo de assumir a responsabilidade de orientar a própria vida, o desejo de

uma segurança ilusória e de uma autoridade que assuma por si a responsabilidade pelos destinos de sua vida.

Não existe educação neutra, no sentido de ser completamente desvinculada dos fatores ideológicos pertencentes a uma classe. O conceito de educação está vinculado organicamente ao conceito de hegemonia. O consenso que é produzido pelos aparelhos ideológicos se faz necessário tanto para a manutenção da hegemonia como para sua substituição.

A educação é, portanto, contraditória. Ou seja, o trabalho de ocultar e dissimular as contradições existentes, ao mesmo tempo, possibilita ao dominado a consciência dessas contradições, primeiro passo para a formação da contra-hegemonia.

Uma educação pela luta por uma nova concepção do mundo, pela contraposição ao poder estabelecido e pela negação da dicotomia saber/trabalho; possibilitando a apropriação coletiva do saber (revelador das contradições).

Nesse sentido, é oportuno lembrar que a estrutura de classes já não pode mais ser interpretada unicamente a partir das relações de propriedade, já que a estrutura do mercado de trabalho constitui diferentes opções para pessoas com diferentes dotes individuais. Esta estrutura de escolha resulta na permanente reorganização das classes e produz conflitos também na esfera política.

Devemos analisar toda a estrutura de opções do mercado de trabalho como dada para os indivíduos, não para os operários. Não podemos considerar os indivíduos como operários natos, já que as relações sociais constituem as estruturas com base nas quais os agentes, individuais ou coletivos, deliberam sobre objetivos, avaliam alternativas e selecionam linhas de ação, conforme as condições em que venham a ser formadas.

Além disso, é conveniente notar que nem sempre a similaridade de posição nas relações de produção conduz à solidariedade na esfera política.

Afinal, como o próprio MARX salientou, "a sociedade, seja qual for a sua forma, é o produto da ação recíproca dos homens".

Quer nos parecer excessivamente naturalista tentar conceber a história como se não existissem indivíduos. É evidente que as relações sociais, cada formação social, são internalizadas pelos indivíduos que manifestam essa sociedade internalizada em seus

pensamentos, e suas ações e comportamentos. Na prática política, é preciso tratar com pessoas de carne e osso, com seus interesses conflitantes e com sua consciência.

Como sabemos, os homens não são seres naturais, são históricos. Em cada formação social, em cada cultura, em cada época, os seres humanos percebem o mundo, pensam e agem de forma diferenciada. Isso quer significar que não há relação direta entre a posição do indivíduo na produção e o seu posicionamento político.

Subjacentes a essa problemática, é preciso considerar também os processos psíquicos que ocorrem quando da formação da personalidade individual, processos dinâmicos subjacentes aos Jogos Psicológicos⁵ que se manifestam socialmente, mas passíveis de explicar, no conjunto, o comportamento das classes nas diversas lutas para a transformação da sociedade.

Sabemos que nem sempre os interesses dos indivíduos coincidem com os interesses da classe social a que pertencem estes mesmos indivíduos. O materialismo histórico deve ser capaz de demonstrar como esse fenômeno se dá concretamente.

Temos claro que cada pessoa vivencia duas realidades simultaneamente: a objetiva e a subjetiva. Na realidade objetiva cada um de nós estabelece relações com a sociedade e com a natureza, relações econômicas, sociais, culturais, históricas, entre outras. Nesta realidade (objetiva) situam-se as classes sociais, as categorias profissionais e as etnias. No que se refere às classes sociais, tem-se o que se conceitua como "classe em si".

Intrinsecamente interligada com a realidade objetiva, cada pessoa vivencia ao mesmo tempo relações intersubjetivas com as outras pessoas. São microrrelações intermediadas pela visão de mundo adquirida durante a formação de cada personalidade. Por "visão de mundo" deve-se entender os modelos culturais com seus mores e normas, a ideologia dominante introjetada como "princípios" individuais e todas as espécies de resultantes da ação disciplinadoras que as instituições impingem durante nossas vidas. Essas resultantes, em geral, geram falsas emoções, muito medo, angústia, inibições, e são as causas principais dos Jogos Psicológicos que comandam os comportamentos da grande maioria das pessoas. Nessa realidade (subjetiva) reside

⁵ Jogos Psicológicos - São constituídos por uma série de trans(ações) com motivação oculta, de natureza inconfessada. Todo Jogo Psicológico é basicamente desonesto e seu desfecho tem um certo caráter de dramaticidade.

a possibilidade de geração da consciência, fenômeno que, apesar de resultar de uma experiência individual, implica no que se conceitua como "classe para si".

Como enfrentamento a esse desafio, podemos tentar desenvolver o seguinte raciocínio:

O mundo vivo tem centenas de milhares de anos, e seguirá provavelmente existindo ainda por muitos séculos. A história da ciência é uma complexa cadeia de colaborações, divergências e retificações, de recriações e de novas criações.

Ora, a teoria marxista, que analisa o real na perspectiva de enriquecer a sua própria visão, admite toda e qualquer conquista científica como patrimônio da humanidade e, portanto, passível de considerações e análises, desde que sejam compatíveis com o desenvolvimento do materialismo histórico e com a lógica dialética.

Essa ressalva nos permite a abordagem de conceitos que não estão formalmente incorporados ao aparelho conceitual do marxismo, todavia fazem parte do processo de produção de conhecimentos trilhado pela comunidade científica nos últimos anos, e ignorados oficialmente por determinações circunstanciais e históricas que não são passíveis de análise neste trabalho.

Resgatamos inicialmente o enorme impacto da psicanálise e suas consequências: a descoberta de que a ação consciente é apenas uma gota na superfície de um mar de processos inconscientes, dos quais cada um de nós nada pode saber, e tem medo de saber, porque talvez não possa controlar.

A descoberta de que há uma realidade psíquica que se estende muito além da mente consciente veio enriquecer a teoria científica como um ponto de apoio para a compreensão do fenômeno da vida.

A psicanálise argumenta que a consciência é inundada pelo inconsciente, no caso dos chamados distúrbios mentais. Essa idéia foi ignorada por muito tempo, talvez pelo seu inusitado e pela possibilidade que levantara de que qualquer um de nós pode perder a faculdade de avaliar a realidade exterior.

É importante também resgatar a extraordinária contribuição de Freud ao mostrar que a sexualidade adulta é função de estágios de desenvolvimento sexual na infância. Com esta contribuição, Freud decretou a separação entre a sexualidade e a reprodução.

Essa separação abriu um campo infinito para a discussão da questão sexual, do casamento, da família, da educação, enfim, do próprio projeto de uma nova sociedade.

Aliada a esta nova noção de sexualidade, surge o conceito de **libido**. Este conceito de libido foi trabalhado por estudiosos pré-freudianos com um significado circunscrito simplesmente ao "desejo consciente de atividade sexual".

Por seu turno, Freud ampliou a discussão afirmando que não era possível compreender completamente o que seja instinto. Dizia Freud que o que experimentamos são apenas impulsos derivados do instinto. O instinto em si encontra-se no mais fundo, no cerne biológico, do organismo. O instinto manifesta-se como um impulso emocional em busca de satisfação. Percebemos o impulso, mas não o próprio instinto.

As pesquisas de Freud levaram-no a afirmar que a libido era, de fato, a energia do instinto sexual, portanto, inconsciente e capaz de nos regular e "governar".

Todas essas descobertas foram acompanhadas de perto por Wilhelm Reich, participante ativo de discussões aprofundadas sobre sexologia, endocrinologia, biologia do sexo, teoria geral dos hormônios e, fisiologia, e psicologia sexual e, como não poderia deixar de ser, psicanálise. Reich praticou a psicanálise com alguns de seus pacientes, durante catorze anos, até chegar à conclusão de que a teoria psicanalítica não era totalmente satisfatória.

Essa experiência permitiu a sistematização de nova conceituação sobre a sexualidade. Havia muito mais a compreender.

A rejeição da teoria do inconsciente de Freud não pode ser totalmente explicada sobre a base do medo tradicional às idéias novas e grandes, ousadas. O homem existe material e psiquicamente; existe em uma sociedade que se desenvolve segundo leis definidas, e é preciso compreendê-las: a vida diária o exige.

Mais do que simplesmente compreender o mundo, é preciso agir para transformá-lo (Marx). Nenhuma teoria deve ser posta de lado.

Pois bem. Partindo desse pressuposto fundamental, vamos tentar tecer algumas considerações sobre o que entendemos por **processo subjacente** às relações sociais de produção.

O processo que reprime a sexualidade a partir da introjeção da moral e das astúcias do poder disciplinar, visando ao controle contínuo dos comportamentos, é um processo subjacente.

O que mais impressiona é que o sistema baseado nas relações de dominação, característico das sociedades fundadas na exploração econômica para gerar o lucro máximo, a partir da manipulação psicofísica dos grupos subalternos, descobriu (e manipula com diabólica habilidade) que uma experiência psíquica pode provocar uma resposta somática, que por sua vez produz mudanças permanentes no corpo humano. E, inversamente, o condicionamento físico, fisiológico, converte uma experiência corporal numa resposta psíquica, comportamental.

Ou seja, a codificação do cerne biológico de cada indivíduo tem uma correlação direta com a sua estrutura psíquica, a ponto de tornar possível a manipulação do caráter individual, a partir de técnicas ou exercícios disciplinares, aparentemente desvinculadas do grande objetivo político de dominação das massas trabalhadoras; tornando possível a modelagem do corpo pela autoridade racional, pelos mecanismos do poder, de forma a domesticar o indivíduo para reduzi-lo a um objeto disciplinado e apto para produzir à base de pequenas recompensas relacionadas com a própria rede de vigilância hierárquica do próprio sistema.

A outra face da mesma moeda é a normalização da vida, a qual se traduz através de pequenas proibições e sanções sociais, impostas a crianças e adultos e reproduzidas principalmente pela família e pela escola, mas reforçadas por todos os demais "aparelhos ideológicos".

1.1. Poder disciplinar

Seguindo a mesma linha de raciocínio, segundo a qual qualquer Bloco Histórico deve não apenas ser capaz de reproduzir bens materiais e serviços, mas deve fundamentalmente ser capaz de reproduzir **homens** aptos a servir à sua perpetuação, vamos desenvolver algumas considerações sobre o surgimento do poder disciplinar⁶ e sua correlação com a consolidação da racionalidade da sociedade industrial.

Todos sabemos que, com a Revolução Industrial, surgiu a necessidade de disciplinar o trabalhador para a indústria. O trabalhador rural, para o qual o tempo não tem medida, pouco afeito a horários e movimentos rítmicos, necessitava de um sistema de adaptação, de adestramento. Havia necessidade de militarizar a produção, havia necessidade de uma outra forma de exercício do poder.

Os instrumentos utilizados para essa militarização da produção (disciplina e hierarquia rígida) foram a rigor formas aperfeiçoadas de coerção, disfarçadas em representações ideológicas. Esses instrumentos deixam de ser apenas sinais representativos do poder para se materializarem em exercícios, abrangendo detalhes da vida e do trabalho cotidiano, como sejam, horários, distribuição de tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, trabalho em comum, silêncio, respeito, novos hábitos disciplinares, enfim.

Observamos que o que se procura construir com essas técnicas disciplinares não é tanto o sujeito partícipe do novo pacto social advindo com a industrialização, mas é o indivíduo obediente, adestrado e capaz de assimilar e obedecer as novas normas adequadas ao sistema de produção cuja racionalidade é a obtenção permanente do lucro máximo.

A assimilação desse adestramento, desse condicionamento físico, implica em reter que ele, indivíduo, deve funcionar automaticamente, cegamente, sempre como se tivesse uma ordem interior.

⁶ Disciplina - constrição pela qual a tendência constante ao desvio de certas regras ou normas é limitada e, no fim, destruída. Distingue-se da cultura que confere novas habilidades sem abolir as preexistentes.

A melhor ilustração desse fato é a constatação histórica de que, na segunda metade do século XVIII, o soldado tornou-se uma coisa que se fabrica, uma máquina que se corrige, que pode ganhar precisão, disciplina, através de exercícios corretores de postura e comportamento.

O camponês foi expulso da história, literalmente, não só do seu local de trabalho, mas também através da modelação do corpo apto para viver num novo tipo de sociedade. A disciplina é indispensável ao funcionamento da indústria. O camponês, formado próximo à natureza, não está preparado para integrar o ritmo alucinante da linha de produção. Foi preciso moldar um novo tipo de trabalhador: o operário. Os recrutas, a partir da industrialização, são habituados, são treinados, são adestrados para manter a cabeça ereta, não curvar as costas, salientar o peito e encolher o dorso, nunca fixar os olhos em terra, olhar com ousadia aqueles diante de quem passam. Aprendem a ficar imóveis esperando o comando, sem mexer a cabeça, as mãos ou os pés e, enfim, a marchar com o passo firme, com o joelho e a perna esticados. Ou seja, durante esse momento histórico (século XVIII), houve uma descoberta do corpo como um objeto e alvo de poder.

Vale a pena registrar que, por essa época, circulou um livro intitulado "Homem-máquina", do então desconhecido René Descartes, uma reflexão sobre a "redução materialista da alma", uma espécie de teoria geral do adestramento, no qual reina a noção de "docilidade" que reduz o corpo analisável ao corpo manipulável, ou seja, ao invés de se refletir sobre a complexidade do corpo humano, a noção de docilidade tem um fim específico muito claro: a manipulação do corpo. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser transformado, que pode ser utilizado, que pode ser "aperfeiçoado". É a descoberta da possibilidade de transformação do ser humano integral e complexo em autômatos, em bonecos políticos, em modelos reduzidos de poder, bem treinados através de técnicas e exercícios.

Essas técnicas de adestramento do corpo, do poder disciplinar, não devem ser confundidas com o que existia antes do capitalismo. Esse poder disciplinar, nascente com a industrialização, é diferente da escravidão (pois não se fundamenta numa relação de apropriação do corpo); é diferente também da domesticidade (que é uma relação de dominação constante, maciça, ilimitada, sob a forma de traduzir a vontade singular do patrão); é diferente também da vassalagem (que é uma relação de submissão altamente codificada, mas distante, que

se realiza muito menos na manipulação do corpo e muito mais sobre o produto do trabalho); e é diferente ainda do ascetismo monástico (que tem por função realizar renúncias e não utilidades, que implica em obediência mas com o fim do aumento do domínio sobre o próprio corpo).

Esse disciplinamento do corpo sobre o qual estamos falando, que surgiu com o advento da industrialização, é o momento em que nasce uma "arte do corpo" que visa não unicamente ao aumento de suas habilidades, nem tampouco a sua sujeição, mas estamos falando da formação de uma política que torna mais obediente e, quanto mais obediente mais útil. Forma-se uma política de coerção, que é um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos. O corpo humano, no poder disciplinar, entra numa espécie de engrenagem do poder que o desarticula e o recompõe.

Trata-se de uma "anatomia política" que é também um mecanismo de poder. Ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que se faça o que se quer, mas para que se opere como se quer, com a rapidez, com o ritmo e com a eficácia que é necessária à produção.

A disciplina surgida com o capitalismo fabrica corpos submissos, exercitados, corpos dóceis, disciplinados, adestrados para produzir, corpos úteis...

Essa "anatomia política" não foi uma descoberta súbita. Ao longo da história da Idade Média, uma multiplicidade de processos, insignificantes na sua aparência, de origens diversas, já esboçava a fachada desse poder disciplinar que iria desabrochar com a industrialização. É possível encontrar aspectos parciais do poder disciplinar ainda na Idade Média, por exemplo, nos colégios, nos conventos, no espaço hospitalar e, evidentemente, na organização militar. São instituições que adotam técnicas de disciplinamento, todas elas baseadas no detalhe, na minuciosidade, em pequenos investimentos detalhados do corpo. É o que Foucault chama de *microfísica do poder*.

São pequenas astúcias dotadas de poder de difusão. São arranjos sutis de aparência inocente, dispositivos que obedecem a pequenas coerções, sem que a sociedade como um todo perceba.

A disciplina é a anatomia política do detalhe. Dizia o Marechal de Saxe, que viveu à época (M. Foucault in Vigiar e Punir): "não basta ter o gosto pela arquitetura. É preciso conhecer a arte de talhar pedras". É a história da racionalização utilitária do detalhe.

Concluimos que o capitalismo não descobriu o poder disciplinar. Apenas mudou a sua finalidade maior e acelerou a formação do homem disciplinado, do homem adestrado, do homem obediente. O capitalismo mudou a escala, deu-lhe os instrumentos precisos para a formação em massa de seres humanos disciplinados e obedientes.

2. O CORPO E A SEXUALIDADE REPRIMIDA

Vimos como o poder disciplinar domestica o corpo⁷ para transformá-lo em simples instrumento de produção; e como essa manipulação é absolutamente indispensável, essencial, para que se processe a reprodução ampliada do capitalismo.

Vamos em seguida tentar demonstrar como e até que ponto a dominação sexual, psíquica, é um dos elementos fundamentais para a dominação de classes.

Tudo se passa como se o sexo se constituísse na verdadeira articulação dos dois eixos principais da vida humana: o individual e o coletivo, ou seja, o social e o cultural com implicações econômicas.

Encararemos, pois, o corpo e a sexualidade sob esses dois aspectos: o individual, sujeito a relações e processos subjetivos na estrutura psíquica, em função das microrrelações da vida cotidiana, e a macrorrelação estrutural, onde a utilização do corpo via repressão da sexualidade é apenas pano de fundo oculto, mascarado nas teorias econômicas, mas que, em última instância, é o elemento regulador e condicionador das relações econômicas e políticas, de dominação e exploração.

Sabemos que a sexualidade humana tem uma história. Todavia, cabe perguntar: existe uma sexualidade de classe?

Se a sexualidade humana vem se formando há milhares e milhares de anos, é preciso compreender melhor como funciona o dispositivo da sexualidade humana, perspassado pelas relações sociais de produção.

Se a sociedade é dividida em classes sociais, e essas existem em relação umas às outras, é lícito pensar que a sexualidade também se forma historicamente e também se reproduz conforme essa realidade social e política.

⁷ A mais antiga e difusa concepção de corpo é a que o considera o instrumentos da alma. Descartes, com o dualismo cartesiano, instituiu a separação entre alma e corpo, estabelecendo a independência daquela. Leibniz concebeu o corpo como um "conjunto de substância" e afirmava que "só a alma é substância". Schopenhauer identificou o corpo com a vontade: "o meu corpo é a objetivação de minha vontade". Neste trabalho buscamos compreender o corpo como alvo do econômico, em relação mediatizada pela cultura e pelos processos de dominação ideológica, notadamente a repressão sexual, baseados nos conceitos desenvolvidos por Marx, Gramsci, Freud e Reich.

Somente assim poderemos compreender os processos pelos quais a classe dominante conquista a consciência da maioria das pessoas e as mantém produzindo bens e serviços e gerando valor e mais-valia, sem que essas mesmas pessoas se revoltam em face de sua condição de exploradas e oprimidas; e até mesmo defendam o pleno funcionamento do sistema como se fora realmente o mais apropriado para si e seus filhos.

Se existe sexualidade de classe, existe também corpo de classe.

Resta saber até que ponto a transformação da sexualidade acarreta a transformação da sociedade; e quais as articulações concretas que se dão entre a estrutura psíquica de cada pessoa e as relações de dominação e exploração. Melhor dizendo, quais as articulações concretas entre a base econômica da sociedade e o desenvolvimento (reprimido ou livre) da sexualidade de cada indivíduo.

Este trabalho tem o propósito de demonstrar que é na materialidade do corpo que todos os poderes, todos os saberes, todos os prazeres e desprazeres se cruzam e se realizam. O corpo é a sede tanto da sexualidade, da estrutura psíquica, como do trabalho e de qualquer outra atividade humana.

Cabe aqui uma consideração sobre as funções aparentemente contraditórias exercidas pelo corpo: a sexualidade e o trabalho. Pela sexualidade, o homem se vincula e realiza a sua natureza animal e pelo trabalho se separa dela.

O homem é este ser que, para existir, precisa estar continuamente produzindo a sua própria existência. Resta avaliar que tipo de existência a sociedade possibilita aos seres humanos concretos, como a sociedade possibilita a realização de sua sexualidade, como possibilita a satisfação de suas necessidades materiais e como possibilita o seu enriquecimento e crescimento enquanto ser histórico e político.

Tudo se esclarece quando percebemos que não há ser humano genérico, natural, universal: há homens e homens. A sociedade possibilita de forma diferente condições diferentes aos seus membros, a depender de sua condição em relação à propriedade dos meios de produção. Há homens dominantes e poderosos e há homens subalternos e explorados.

Então, há corpos dominantes e poderosos e há corpos subalternos e explorados.

Estamos falando da representação corporal, somatização, de um conjunto de fenômenos psíquicos vinculados ao desenvolvimento da sexualidade, capaz de estabelecer concretamente histórias individuais diferenciadas e resultados psicológicos diferenciados, mas tendenciosamente direcionados para a utilização de seres humanos como produtores diretos e como reprodutores do sistema de dominação.

Fica claro que estamos falando de um "locus" que possui uma história individual e uma história social e política: um corpo que possui uma anatomia, que por sua vez é constituída de matéria altamente organizada em milhões de anos de evolução bio-antropológica; que possui energia psíquica, possui sexualidade e uma série de representações acerca de si próprio e de sua cultura.

Um corpo com singularidades individuais, mas exposto a padrões e representações provenientes de sua inserção no espaço e no tempo, de sua inserção concreta em uma dada cultura, num dado momento histórico e numa dada posição dentro de um processo de produção; ainda por cima em relação direta com outros seres humanos, com outros corpos humanos, o que lhe dá possibilidade de vivenciar mais uma forma de vida: a instância social.

O corpo é a base da percepção e organização da vida humana.

Assim, falar, andar, olhar, trabalhar, são modos socialmente determinados de sentir, pensar e agir segundo uma determinada visão de mundo. Essa visão passa pela divisão social do trabalho: há gestos, posturas, modos de ser, expectativas de comportamentos considerados masculinos e femininos, por exemplo; tudo socialmente definido, em função dos interesses subjacentes às representações ideológicas vigentes.

Assim, um gesto pode envolver o reconhecimento de uma dada ordem política, pode distinguir uma determinada posição hierárquica e pode significar a obediência a uma dada racionalidade a serviço de um objetivo econômico.

Assim é, também, que se produzem os corpos economicamente úteis. Mas, para que eles sejam economicamente úteis, é preciso que sejam submissos, politicamente submissos. É preciso que exista concretamente um conjunto de relações sociais de reprodução, disfarçado em instituições aparentemente a serviço de toda a sociedade, capaz de transformar as pessoas em seus próprios vigias, conformando-as desde a infância, aos hábitos normas e costumes adequados à perpetuação das relações sociais de produção.

É a total desumanização da vida.

A sociedade passa a ser uma verdadeira teia, onde as pessoas estão definitivamente enredadas e condenadas a reproduzir as condições de sua própria coisificação.

Essa falta total de controle sobre a sua própria existência é a ponte entre o individual e o coletivo e se articula com a noção de "norma".

A normalização da produção, da educação, da saúde, dos meios de transporte, da vida social, enfim, é a expressão de exigências coletivas cujo conjunto define, em determinada sociedade histórica, seu modo de relacionar sua estrutura com a capacidade de percepção de seus membros, como sendo um dado natural e fundamental para o seu funcionamento e estabilidade, ainda que não haja consciência individual dessa articulação.

Uma norma não é algo natural, mas algo produzido pelas elites dominantes com o objetivo de obter a sua perpetuação no poder.

Uma norma é um ponto de referência; a norma tira o seu sentido, seu valor e sua função do fato de existir fora dela algo que não corresponde à exigência que ela define para ser obedecida. Por isso, ao contrário das leis da natureza, que são obedecidas "naturalmente" pelos organismos vivos, as normas supõem fora delas uma ordem "caótica", não normalizada, e à qual elas se opõem.

Uma norma implica necessariamente em juízo de valor e se concretiza nas instituições, em práticas cotidianas, minúsculas, domésticas, pedagógicas, religiosas; em pequenas coerções de aparência inocente, atingindo os indivíduos em sua condição real de existência.

As normas funcionam como tradução concreta das representações da ideologia dominante gerando nos indivíduos expectativas ilusórias de relações ideais, mascarando completamente as relações reais e as contradições da vida material.

Enfim, a norma tem que fazer funcionar as relações de poder não acima, mas na própria trama da multiplicidade do cotidiano, da maneira mais discreta possível, articulada do melhor modo sobre as outras funções da vida social, e também o menos despendiosamente possível: servem a isso instrumentos de poder anônimos, como a vigilância hierárquica, o registro contínuo, o julgamento (certo/errado), a classificação, e a seleção constantes.

Michel Foucault nos ensina, em seu livro "Vigiar e Punir", que:

"Historicamente, o processo pelo qual a burguesia se tornou no decorrer do século XVIII a classe politicamente dominante, abrigou-se atrás da instalação de um quadro jurídico explícito, codificado, formalmente igualitário, e através da organização de um regime de tipo parlamentar e representativo. Mas o desenvolvimento e a generalização dos dispositivos disciplinares constituíram a outra vertente, obscura, desse processo. A forma jurídica geral que garantia um sistema de direitos em princípio igualitários era sustentada por esses mecanismos miúdos, cotidianos e físicos, por todos esses sistemas de micro-poder essencial inigualitários (discriminatórios e seletivos) e assimétricos que constituem as normas. E se, de uma maneira formal, o regime representativo permite que direta ou indiretamente, com ou sem revezamento, a vontade de todos forme a instância fundamental da soberania, as disciplinas dão, na base, garantia da submissão das forças e dos corpos. As normas reais e corporais constituíram o subsolo das liberdades formais e jurídicas".

Alerta-nos ainda Foucault:

"Acaso devemos nós admitir que a prisão celular, com suas cronologias marcadas, seu trabalho obrigatório, suas instâncias de vigilância e de controle, com seus mestres de normalidades, que retomam e multiplicam as funções do juiz, se tenha tomado o instrumento moderno da penalidade?"

"Devemos nós admirar ainda que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?" (Foucault, M. in *Microfísica do Poder*).

Percebe-se que Foucault chama a atenção para a questão da visibilidade total dos corpos, dos indivíduos e das coisas para um olhar centralizado, como princípio diretor de cada uma dessas instituições.

É importante compreender que a questão do poder fica empobrecida quando é colocado somente em termos de legislação, da Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado. O poder é muito mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado.

Não se pode entender, o desenvolvimento das forças produtivas próprias ao capitalismo, nem imaginar seu desenvolvimento tecnológico sem a existência, ao mesmo tempo, dos aparelhos de poder disseminados por toda a sociedade civil. A própria divisão do trabalho nos grandes processos de produção, a repartição das inúmeras tarefas, não teria sido possível

caso não tivesse ocorrido uma nova distribuição do poder no próprio interior da organização das forças produtivas. Foi mister essa nova distribuição do poder, com sua hierarquia, seus enquadramentos, suas supervisões, suas chefias, seus condicionamentos e, também, seus adestramentos.

Na realidade, podemos afirmar que concretamente o Estado é a síntese das diversas nuances dos micropoderes, sem negar - evidentemente - a base material da vida e sem negar a presença institucionalizadora global. Existem, de fato, micro-sociedades, micro-cosmos de poder que se instalam com finalidades comuns articuladas.

Nesse sentido, cabe levantar uma reflexão sobre a possibilidade de desdobramento dessas microrredes de poder para além das relações capitalistas, desde que se mantenha a racionalidade da sociedade industrial. Em outras palavras, se estas formas de poder também podem ser encontradas nas sociedades socialistas, por via de transferência imediata dessas microrrelações.

Frente à importância desse questionamento, lembramos aqui a reflexão que o próprio Marx fez, em sua famosa crítica à filosofia de Feuerbach: "Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas formas. Cumpre, entretanto, modificá-lo."

Deveria haver maior clareza teórica sobre tudo isso.

Ora, se nas sociedades socialistas for possível encontrar as mesmas microrredes de poder disciplinar disseminadas na sociedade civil, embora o Estado não seja mais capitalista como conciliar os termos desta contradição?

Na sociedade de classes há um sistema de dominação que se enreda, se enraiza na estrutura psíquica das pessoas, tornando-as desumanizadas, infelizes e egoístas pelo não desenvolvimento integral de sua sexualidade, que é sublimada em manifestações substitutas, passíveis de serem utilizadas para a acumulação do capital.

A sociedade socialista criará as condições reais para a realização do humanismo integral ? De que forma serão eliminadas as microrredes de poder disciplinar, permitindo a todos a realização de uma vida feliz ?

Quer nos parecer que, mais uma vez, devemos trazer como argumento a noção de totalidade.

Se a Revolução socialista é um protesto do homem contra a sua vida desumanizada, ela somente se concretizará efetivamente quando todos os obstáculos à plena realização da vida integral do homem forem eliminados; quando forem abolidas todas as limitações que impedem a satisfação das necessidades básicas dos seres humanos. É evidente que essa revolução somente se concretizará ao longo de um processo histórico de transição.

No entanto, para que todas essas limitações sejam efetivamente abolidas, além de revolucionar a propriedade dos meios de produção e mudar o caráter do Estado, convém ter em conta mais detidamente a questão da sexualidade e o seu alcance histórico e social.

Vamos nos restringir à nossa cultura para tentar delimitar com mais precisão a problemática.

Marilena Chauí, em seu livro "Repressão Sexual", tece importantes considerações sobre as posições da Igreja Católica, em relação a sexo e pecado, um dos principais enigmas de nossa civilização.

Diz a professora Marilena Chauí:

"O relato bíblico sobre a origem humana possui duas versões diferentes no livro da Gênese. Numa delas, Deus criou o mundo em seis dias, descansando no sétimo. Os humanos foram criados "à sua imagem e semelhança", abençoou-os e lhes disse: "Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a". Nesse relato, nada sugere nem prepara o pecado original, pois se este estiver relacionado com a descoberta do sexo, o relato narra que Deus fez os humanos fecundos e, portanto, abençoou a sexualidade; e se o pecado for o desejo de dominar o mundo, também não aparece no relato, visto que Deus disse aos humanos que submetessem a terra e tudo que nela existe, dando-lhes poder. Os que redigiram esse relato, ao que consta, segundo os estudos bíblicos, também redigiram a narrativa do Dilúvio e a iniciam dizendo que Deus olhou a terra e a viu toda pervertida, sem que houvesse explicação para o fato. Tanto assim que, desgostoso, prepara-se para destruir sua obra, só não o fazendo integralmente em decorrência dos rogos de Noé. Curiosamente, as perversidades e perversões vistas por Deus são todas sexuais.

Em contrapartida, o segundo relato, feito no mesmo livro, em que se anuncia que o povo de Deus, ainda que perdendo o rumo certo, seria salvo pelo Enviado Divino (Messias), está centrado no advento do pecado original. É o relato mais conhecido: Deus fez o

primeiro homem (Adão) modelando-o no barro, fez a primeira mulher (Eva), retirando uma costela do homem; oferece-lhes o jardim do Éden para que nele vivessem, dá-lhes o direito de comer o fruto da árvore da vida (da imortalidade) e os proíbe de comer o fruto da árvore do bem e do mal, prova da inocência originária, pois inocente (não ciente) é aquele que desconhece o bem e o mal, sendo naturalmente bom. Tanto assim narra o autor bíblico, que estavam nus e não se envergonhavam. Adão e Eva são sexuados, e o texto afirma não haver maior alegria e delícia do que o homem e a mulher se tornarem "uma só carne". Afirmção que será transformada num dos mais belos trechos do poema PARAÍSO PERDIDO, escrito pelo poeta inglês Milton.

A questão que os dois relatos bíblicos, nos deixam é a seguinte: se Deus fez os homens sexuados, se o prazer sexual existe no Paraíso como uma de suas delícias (talvez a maior), como entender a condenação do sexo pelo Cristianismo? Para tentar respondê-la, examinaremos o pecado original.

O pecado original possui duas fases: é o deixar-se seduzir (tentação) pela promessa de bens maiores que os possuídos (como se houvesse alguém mais potente do que Deus para distribuí-los) e é transgressão de um interdito concernente ao conhecimento do bem e do mal. Seu primeiro efeito: a descoberta da nudez e o sentimento da vergonha, de um lado, e o medo do castigo, do outro. Seu segundo efeito: a perda do Paraíso.

Que é perder o Paraíso? Tornar-se mortal, separar-se de Deus e conhecer a dor (lavar a terra estéril, parir no sofrimento). O pecado original (tanto no sentido do primeiro pecado quanto no de pecado da origem) é uma queda: separar-se de Deus, descobrir a morte e a dor, conhecer a carência e a falta. É nessa constelação de sentidos que se desenvolverá a meditação dos primeiros Padres da Igreja sobre sexo.

A queda, o distanciar-se para sempre de Deus, é o sentimento de um rebaixamento real e do qual a descoberta do sexo com vergonha e dor futura é o momento privilegiado. Com eles, os humanos descobrem o que é possuir corpo. Corporeidade significa carência (necessidade de outra coisa para sobreviver), desejo (necessidade de outrem para sobreviver), limite (percepção de obstáculo) e mortalidade (pois nascer significa que não se é eterno e se tem começo e fim). O pecado original é originário porque descobre a essência dos humanos: somos seres FINITOS. A finitude é a queda.

Separar-se de Deus é descobrir os efeitos de não possuir atributos divinos: eternidade, infinitude, incorporeidade, auto-suficiência e plenitude. Ora, pelo sexo, os humanos não somente reafirmam sem cessar que são corpóreos e carentes, mas também não cessam de reproduzir seres finitos. O sexo é o mal porque é a perpetuação da finitude. Nele, está inscrita a morte como diria, séculos mais tarde, Freud.

Já uma parte dos primeiros cristãos, julgando que a morte e a ressurreição de Cristo eram sinais de que logo viria o juízo final e a imortalidade seria conquistada, graças à redenção, consideraram desnecessárias as relações sexuais, pois já não havia porque nem para que perpetuar a espécie humana. Essa idéia ressurgiu com a aproximação do ano 1.000, o primeiro milênio; reapareceu na grande crise do Papado e do sacro Império Romano-Germânico no século XIII, quando muitos esperavam a vinda do Anticristo; e parece estar recomeçando em vários lugares agora, com a aproximação do final do segundo milênio, o ano 2.000.

A vinculação do sexo com a morte e, conseqüentemente, do sexo com a procriação, faz com que, na religião cristã, a sexualidade se restrinja à função reprodutora. Em razão de sexo estar essencialmente atado ao pecado, todas as atividades sexuais que não tenham finalidade procriadora são consideradas ainda mais pecaminosas, colocadas sob a categoria da concupiscência e da luxúria e como pecados mortais. Além disso, como o sexo é função vital de um ser decaído, quanto menor a necessidade sexual sentida, tanto menos decaído alguém se torna, purificando-se cada vez mais. Donde toda uma pedagogia cristã que incentiva e estimula a prática da continência (moderação) e da abstinência (supressão) sexuais, graças a disciplinas corporais e espirituais, de modo que a elevação espiritual traz como conseqüência o abaixamento da intensidade do desejo e, conforme à mesma mecânica, a elevação da intensidade do desejo sexual traz o abaixamento espiritual".

Fizemos questão de transcrever este trecho porque sabemos que às vezes, nossa argumentação prescinde desses "arquetipos", como se eles não fizessem parte da realidade subjetiva dos grupos subalternos, em nossa cultura. Se bem que atualmente é possível perceber algumas dificuldades em relação à eficácia desse conteúdo ideológico para a reprodução da hegemonia religiosa. Mas permanece como referencial para todo o arcabouço da moral dominante. Some-se a isso o fato de que outros dispositivos mais atualizados e com base cientificista avalizam o mesmo sistema de dominação.

A instituição do casamento monogâmico, por exemplo, continua sendo plenamente sancionada por todas as classes sociais, como sendo o sustentáculo da moral em nossa sociedade. As relações sexuais duradouras somente são permitidas dentro do casamento; sem se falar no tabu da virgindade que, em meio a certa hipocrisia, ainda coloca sob tensão a maioria das famílias, religiosas ou não, da classe dominante ou não.

No entanto, mister se faz esclarecer o processo de deslocamento da dominação, via repressão sexual, a partir da ascensão da burguesia ao poder.

É preciso esclarecer que historicamente não se constata que os controles sexuais mais rígidos tenham sido dirigidos às classes pobres. Pelo menos é o que nos informa Michel Foucault em seu "História da Sexualidade".

Para surpresa de quem supõe que a dominação ideológica tem uma relação mecânica com o processo econômico, no que se refere a história das tecnologias do sexo, Foucault nos ensina que "as técnicas mais rigorosas foram formadas e, sobretudo, aplicadas em primeiro lugar com mais intensidade nas classes economicamente privilegiadas e politicamente dirigentes".

Estamos nos referindo ao surgimento das tecnologias médicas do sexo, por volta do início do século XIX. Foi na família "burguesa" que se problematizou inicialmente a sexualidade das crianças ou dos adolescentes; e nela foi medicalizada a sexualidade feminina; a família burguesa foi alertada em primeiro lugar para a patologia possível do sexo, a urgência em vigiá-lo e a necessidade de utilizar uma tecnologia racional de correção.

A burguesia começou considerando que o seu próprio sexo era importante, frágil tesouro, segredo de conhecimento indispensável. Até o fim do século XIX, não era o filho do povo, futuro operário a quem se deveria ensinar as disciplinas do corpo; era o colegial, a criança cercada de serviços, de governantas, e que corria o risco de comprometer menos uma força física do que capacidades intelectuais que tinha o dever moral e a obrigação de conservar, para sua família e sua classe (burguesia), uma descendência sadia.

Em face desses procedimentos, as camadas populares escaparam por muito tempo ao dispositivo medicamentoso da sexualidade, permanecendo submetidas, é claro, por outros dispositivos normalizadores mais "tradicionais".

Somente em torno da década de 1830, quando a organização da família-mod-elo mostrou ser um instrumento de controle político e de regulação econômica indispensável para a sujeição do proletariado urbano, é que, finalmente, se desencadeia uma ampla campanha de "moralização das classes pobres". No final do século XIX é que se desenvolve o controle judiciário e médico dos desvios e das perversões, em nome de uma proteção geral da sociedade, e somente então é que se pode afirmar que o dispositivo de sexualidade, instituído pelo poder disciplinar, com toda a sua complexidade e intensidade, difundiu-se no corpo social como um todo.

É fundamental entendermos que, ao invés de uma repressão do sexo das classes a serem exploradas, tratou-se primeiro, do corpo, do vigor, da saúde, da longevidade, da progeneração e da descendência das classes dominantes. Deve-se afirmar, então, que houve uma auto-afirmação da burguesia e não uma submissão repressora dos grupos subalternos. Houve, na verdade, uma defesa, uma proteção, um esforço, uma exaltação, que mais tarde no final do século foram estendidos aos demais, aí sim, como meio de controle econômico e de sujeição política. Foi um verdadeiro agenciamento político da vida, que se constituiu, não através da submissão de outrem, mas numa afirmação de si enquanto classe social hegemônica.

Tratava-se de um projeto de expansão infinita da força, do vigor, da saúde, da vida. A valorização do corpo deve mesmo ser ligada ao processo de crescimento e de estabelecimento da hegemonia burguesa. Sua dominação dependia deste projeto.

Para que o proletariado tivesse acesso parcial a essa sexualidade, foi necessário a ocorrência de algumas situações conflitantes (crescimento desordenado do espaço urbano, epidemias, necessidades de mão-de-obra estável e competente para a indústria pesada, entre outras). Foi necessária a instauração de toda uma tecnologia de controle, que veio permitir a vigilância dessa sexualidade finalmente reconhecida para ser reprimida cientificamente por política habitacional, higiene pública, instituições de assistência social, previdência, enfim, a medicalização das populações de trabalhadores e suas famílias.

Daí ser perfeitamente compreensível que setores do proletariado se mantenham reticentes em relação a essa sexualidade; daí sua tendência a afirmar que isso é "coisa de burguês".

CAPÍTULO III - A PRÁTICA DO CONTROLE E DA REPRESSÃO

1. INTEGRAÇÃO CAPITALISTA E RUPTURA DOS DOMINADOS

2. PRÁTICAS MÉDICAS + DOMINAÇÃO E SUBMISSÃO

"Por seu conteúdo e sua organização, o trabalho moderno impõe comportamentos estereotipados, pressupõe uma sujeição do corpo que só é alcançada com a submissão da personalidade".

(Cristophe Dejours)

1. INTEGRAÇÃO CAPITALISTA E RUPTURA DOS DOMINADOS

Vimos no capítulo anterior, numa citação do livro "Repressão Sexual", da Professora Marilena Chauí, como a nossa cultura acha-se arraigada pela moral religiosa, notadamente pelos dogmas da Igreja Católica.

Interessa, agora, é determo-nos num aspecto desta discussão, o da possibilidade de estabelecer uma homogeneidade teórica entre o conceito de classe social e outras categorias, especificamente entre a categoria de "trabalhador" e a categoria de "católico".

Nossa suposição é que a hegemonia religiosa é tão forte que é permitido atribuir à religião uma importância tão grande quanto o próprio pertencer de classe na determinação das condutas individuais. Se esta suposição for verdadeira, as duas categorias terão igual importância na correlação de forças da prática política.

Gramsci dedicou particular importância ao estudo da Igreja Católica, a qual considerava como exemplo da organização hegemônica.

Disse Gramsci: "A força das religiões e particularmente da Igreja Católica tem consistido e consiste em que elas sentem energicamente a necessidade de união doutrinária de toda a massa religiosa e lutam para que os estratos intelectuais superiores não se separem dos inferiores. A Igreja Romana tem sido sempre a mais tenaz na luta para impedir que se formem oficialmente duas religiões: a dos intelectuais e a das "almas simples". Esta luta não tem transcorrido sem grandes inconvenientes para a Igreja mesma".

Da análise feita por Gramsci, todavia, podemos extrair uma conclusão muito mais importante: as classes sociais não apenas possuem uma inserção econômica, também se formam a partir de uma compreensão do mundo. E isto não ocorre apenas com os detentores do poder espiritual dominante. As classes subalternas transformam os elementos da ideologia dominante ao lê-los desde as suas primeiras experiências; e estes elementos, assim transformados, confluem para uma formação ideológica necessariamente contraditória e assistemática, com elementos próprios, surgidos dessa experiência.

Constatamos isso no trabalho da Professora Rose Marie Muraro, quando foi comprovado que há um imaginário difuso que se espalha por todas as classes sociais, cuja fonte

é a classe dominante, mas em diferentes momentos da história de sua ideologia, passando a assumir sentidos diferentes para cada fração das classes subalternas.

É conveniente esclarecer que, mesmo que possamos encontrar formações ideológicas diferenciadas, em função da diferente situação de classe, não implica necessariamente que essas formações ideológicas tenham sempre o mesmo grau de coerência e autonomia. Deste ponto de vista, são sem dúvida as classes dominantes que, por possuírem um maior desenvolvimento organizativo (cuja expressão máxima é o Estado), possuem também uma ideologia mais coerente e autônoma. Sua posição hegemônica está garantida não apenas por sua capacidade coercitiva, mas por sua capacidade para criar as bases para a elaboração de uma ideologia que proporciona estabilidade à sociedade como um todo.

Percebemos, então, que um determinado sistema hegemônico é produto do triunfo permanentemente renovado de uma classe social que impõe assim um certo modo de produzir e reproduzir-se, subordinando e transformando os restantes. Neste processo, não apenas as diversas classes subalternas adquirem uma determinada conformação histórica, como criam e sancionam um determinado conjunto de instituições por meio das quais a coexistência social se torna possível.

Efetivamente, a burguesia triunfa cotidianamente enquanto logra desorganizar e impedir a organização dos trabalhadores.

No entanto, a burguesia não é uma classe que se mantém sempre igual a si mesma, nem tampouco mera ocupante dos lugares de proprietários nas relações de produção. Todo este triunfo é devido à estruturação do sistema institucional.

As distintas formações sociais capitalistas se unificaram em sua hegemonia e dominação, instauradas e organizadas através de diversas instituições que se articulam tanto no processo econômico, como na instância político-ideológica. Como ensinou Gramsci, esta não é uma ordem indiferenciada, mas hierarquicamente construída.

Sabemos que a hierarquia está na base de todas as instituições autoritárias, na base da racionalidade capitalista. Essas instituições se articulam e se harmonizam através das normas e sanções, a rigor instituídas pela moral dominante. Dentre essas instituições, a mais hegemônica em nossa cultura é, sem dúvida, a Igreja Católica.

A propósito, Marx nos ensina que existem dois tipos fundamentais de normas: as normas controladoras e as normas repressoras (Marx, in "O Capital").

Aprendemos com Marx que a direção autoritária tem, em geral, uma função de exploração dos trabalhadores para obter a maior quantidade possível de mais-valia; em particular, ela controla e reprime o comportamento de resistência dos subordinados. As atividades de trabalho devem ser reguladas mediante normas que regulem o desenvolvimento do trabalho e o uso dos instrumentos. Ao crescer o volume dos meios de produção, que se enfrentam com o trabalhador assalariado como propriedade alheia, cresce também a necessidade de fiscalizar seu emprego, evitando que se desgastem ou se quebrem.

Com o crescimento da organização se requer normas de controle cada vez mais elaboradas, condicionadas ao mesmo tempo pela estrutura do processo de trabalho social e pela propriedade alheia, em respeito à qual a direção autoritária adquire relevância sociológica.

Diferentemente das normas de controle, as normas que têm a função específica de reprimir o comportamento de resistência dos subordinados, são requisitos típicos do funcionamento da cooperação capitalista. A distinção entre normas de controle e normas de repressão é muito importante porque permite esclarecer os critérios metodológicos do discurso sociológico (marxiano).

Segundo Marx, enquanto as normas de controle constituem a condição necessária de qualquer organização produtiva e é sempre possível distinguir suas funções técnicas de sua função social; as normas de repressão têm exclusivamente um significado social e seu campo de validade está circunscrito àquelas formas de cooperação que se constituem sobre base da separação excludente entre as funções de execução e as funções de direção.

Dado que o objetivo é extrair o máximo de mais-valia, a resistência dos trabalhadores e sua repressão são uma consequência necessária do antagonismo entre o capitalismo e o trabalhador. A complexidade crescente da organização requer normas cada vez mais autoritárias. Emerge aqui o caráter individualista necessária do conflito que impõe sempre a individualização das normas como instrumentos repressivos. A direção despótica se traduz através de normas repressoras.

Ressalte-se o comentário de Marx sobre a condição dos trabalhadores no processo de trabalho:

"Como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram em relação com o mesmo capital, mas não entram em relação entre si. Sua cooperação começa no processo de trabalho, quer dizer, quando não mais pertencem a si próprios. Ao entrarem no processo de trabalho, os trabalhadores são absorvidos pelo capital. Como trabalhadores que cooperam para obter um resultado, como membros de um organismo (a fábrica) que trabalha, não são mais que uma modalidade de existência do capital para o qual trabalham". (Ver a Organização Capitalista do Trabalho in "O Capital").

Por conseguinte, a cooperação entre trabalhadores assalariados é apenas um simples resultado do capital que os emprega simultaneamente. Os trabalhadores estão em relação de subordinação quanto aos processos de decisão, e em tal subordinação se inclui também o seu trabalho, enquanto função dos objetivos da direção despótica do capitalista.

Portanto, podemos concluir que o caráter social da força de trabalho combinada não é adquirido por parte dos trabalhadores como significado de seus trabalhos individuais. Ou seja, o caráter social da força de trabalho, derivado do fato de ser força de trabalho combinada, não tem origem no significado do trabalho individual. É estranho ao trabalhador individual.

Nessas condições, o processo de trabalho adquire significado social somente em relação à direção capitalista: fora de tal referência, continua sendo apenas relação entre trabalhadores individuais, despojado de todo conteúdo social.

Na cooperação capitalista, os trabalhadores deixam de pertencer a si mesmos, porque a alienação do trabalho se configura como cooperação num processo de trabalho constituído por um plano e por decisões estranhas, em última instância por valores instrumentais.

Ensina Marx que "o processo de trabalho é um processo que se desenrola entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que pertencem ao capitalista". Todavia, se as relações sociais na cooperação capitalista estão reduzidas a relações entre coisas, as relações entre os trabalhadores são, por sua vez, instrumentais porque se configuram segundo critérios não inerentes a sua livre atividade produtiva, quer dizer, são impostos pela direção capitalista.

Percebe-se que, deste ponto de vista, o conflito - como também o caráter autoritário da função diretiva - não pode deixar de se configurar numa relação alienada. É compreensível, então, que o capital não passa de sobretrabalho cristalizado sob a forma de mais-valia. É do trabalho vivo que se alimenta o capital e é graças a este que se realiza.

No entanto, a constatação de que o ser humano se torna objeto (coisa) no processo de trabalho, na cooperação que se estabelece para produzir sob a direção capitalista, nos leva novamente a considerar a importância da religião como instituição responsável pela sublimação do sofrimento, da revolta, da altivez e de todos os sentimentos que possam porventura vir a resultar em comportamentos "anormais", perturbadores de ordem estabelecida.

Se, por um lado, o trabalhador está reduzido a coisa no processo de trabalho, totalmente subordinado à direção despótica capitalista; de outro lado, encontra-se também enredado na trama cotidiana das normas institucionais desde o seu nascimento.

Ou seja, muito antes do indivíduo ter condições físicas e neurológicas para se tornar objeto no processo de trabalho, já se encontra em situação de conflito; desde o seu nascimento, o indivíduo se vê envolvido numa constante relação de subordinação dos seus impulsos espontâneos, livres, até que o processo traumático o torne disciplinado, obediente, pontual e conformado com a sua situação de classe.

Nesse processo "educativo", a hegemonia da ideologia religiosa tem um papel fundamental, notadamente quanto à individualização das questões e, mais ainda, quanto ao desenvolvimento da capacidade individual para suportar provações, equiparando essa capacidade à virtude. Sofrer em silêncio, ter paciência, ter esperança num futuro melhor, ter fé na justiça de Deus, são qualidades de um ser humano virtuoso e, o mais importante, apto para ser admitido no processo de trabalho.

Essa leitura, evidentemente, não é feita de maneira clara e linear. Cada fração de classe, urbana e rural, reelabora à sua maneira, de acordo com sua vivência e compreensão, mas sempre de forma a cumprir a essência fundamental: a individualização e sublimação do sofrimento; que não tem relação direta com a luta de classes, apesar de ser um fenômeno essencialmente político.

Não nos esqueçamos de que a força de trabalho não só é força de trabalho mas é também a origem do valor e da mais-valia.

Não nos esqueçamos também de que os indivíduos que compõem essa força de trabalho são adestrados desde a sua primeira infância, a partir dos "cuidados" de seus pais, sua professorinha, suas aulas de catecismo, sua primeira comunhão, seu serviço militar obrigatório, seu casamento monogâmico ("até que a morte os separe"), até chegar conformado, disciplinado, obediente, ordeiro e pontual ao portão da fábrica, da loja ou da repartição. Não nos esqueçamos também de que essas relações ocorrem de forma diferenciada em função na cultura de cada sociedade ou região.

Mais uma vez, percebemos a força da hegemonia da ideologia religiosa em todas as instituições formadoras da personalidade.

A família, considerada pela ideologia dominante a "célula mater" da sociedade, geralmente tem formação religiosa. A escola, responsável direta pela transmissão da cultura, é ainda hegemonicamente condicionada pelo peso dos dogmas da Igreja Católica. As **Forças Armadas**, cada vez mais aperfeiçoadas, cumprem o seu papel disciplinador, ao nível mais concreto, ao nível do corpo do indivíduo. O **casamento monogâmico** resume e cristaliza em si todas as normas e dogmas em relação à repressão sexual. (Ver Moral Sexual Repressora, no Capítulo I).

Todas essas instituições complementam à sua maneira, e as vezes contraditoriamente, a formação de cada indivíduo, com base na individualização da sexualidade e da responsabilidade pelo provimento das necessidades básicas. Decorrentemente da individualização, surge a **competição**, com o papel de exacerbar ainda mais a eliminação de qualquer conteúdo social da vida das pessoas. Essa competição também é assimilada por estimular a criatividade e o crescimento/enriquecimento individual. É preciso que cada um retenha com clareza que é um indivíduo que tem uma relação direta com o patrão e, nesta relação, deve ser o mais fiel possível. Esta noção confunde **fidelidade** aos desígnios da direção despótica capitalista com **responsabilidade**. Ser responsável é ser cumpridor de seus deveres para com o patrão e com o Estado, sem esquecer de também ser cumpridor de seus deveres para com a Igreja, na perpetuação das instituições e da moral repressiva, basicamente religiosa.

Acreditamos ter discorrido suficientemente sobre a força da hegemonia religiosa e deixamos como reflexão a proposição de que a categoria de "católico" tem o mesmo peso que a categoria "trabalhador", em futuras análises da prática política.

A admissão dessa suposição como verdadeira permitiria que se repensassem todas as formas de comunicação com a massa trabalhadora, abrindo espaço para abordagens político-filosóficas do próprio papel da religião, mas, principalmente, do significado político da repressão sexual e seu processo de reprodução ao nível da estrutura psíquica de cada pessoa.

Nossa expectativa é de que este trabalho possa contribuir para a continuação do processo de percepção das nuances sutis do intrincado fenômeno da dominação, em suas formas concretas refletidas nas microrrelações do cotidiano. Que se possa perceber com mais atenção que o poder instalado com a consolidação do sistema capitalista é muito maior e mais denso do que o Estado, que ele se dissemina em todos os níveis da sociedade civil e penetra todas as relações (não apenas a relação capital X trabalho) e até mesmo encontra-se arraigado na estrutura da personalidade de cada pessoa; nos mais íntimos porões da mente humana é possível se encontrar símbolos e referências do poder disciplinador em suas diversas formas: violento ou paternalista, mas sempre autoritário e castrador.

Cabe aqui acrescentar uma reflexão sobre a questão da liberdade.

Entendemos que a liberdade está diretamente relacionada com o fato de se ter ou não poder. Explicando melhor, a maior causa da falta de liberdade depende da desigualdade de poder, isto é, depende do fato de haver alguns que têm mais poder econômico, político e social do que outros.

Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Em seu sentido mais específico, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceitual pode ir desde a capacidade geral de agir, até a capacidade do homem em determinar o comportamento dos outros homens: Poder do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito do Poder mas também objeto do Poder social.

Portanto, a igualdade do poder é uma das condições indispensáveis para o crescimento da liberdade. Ou seja, sem igualdade, não há liberdade; entendendo-se por igualdade a reciprocidade do poder.

Nesse sentido, uma pessoa terá tanto mais liberdade quanto mais poder tiver. Não-livre é aquele que depende de outro, numa sociedade onde o poder está mal distribuído.

Ora, a característica mais marcante da sociedade capitalista, como vimos demonstrando, é a extrema desigualdade de poder.

O poder disciplinar, sustentáculo da racionalidade capitalista, encontra-se altamente concentrado em uma minoria, mas é reproduzido por processos de desestruturação psíquica, via repressão, de forma a condicionar a grande maioria das pessoas para aceitar, como boa e justa, esta sociedade hierarquizada e autoritária, voltada para o controle que, por sua vez, assegure a geração e acumulação de valor e mais-valia.

O poder disciplinar joga com a exacerbação do individualismo. E este individualismo permeia todos os níveis: no nível jurídico, por exemplo, a noção que preside todos os códigos e a própria jurisprudência é o jusnaturalismo, que consiste em reconhecer ao indivíduo direitos originários e inalienáveis, ou seja, é o Direito natural configurado nos séculos XVII e XVIII, o qual vem representar, no campo moral e político a reivindicação de autonomia da razão que o cartesianismo afirmava no campo filosófico e científico.

É preciso dizer que esta concepção do Direito consolidou-se com a racionalidade capitalista e se distingue da teoria tradicional do Direito que imperava na Idade Média, quando a Igreja se confundia com o Estado e a noção de Direito se confundia com o próprio querer de Deus.

O jusnaturalismo nasce com o Estado liberal e com o princípio da tolerância da Igreja e vem, desde então, avaliando no plano das leis a igualdade jurídica entre exploradores e explorados, justificando legalmente, a partir da pulverização (individualização) das questões sociais, a consecução do controle e conseqüente cumprimento das metas do capital, como se a sociedade fosse um mero amontoado de átomos egoístas; e como se o Estado capitalista fosse, não um Estado de classe, mas um árbitro desinteressado e justo. Aliás, é preciso compreender também que essa aparência, essa ilusão é necessária para o funcionamento do sistema.

Vimos mais uma vez como o poder se exerce de forma disseminada pelas milhões de microrrelações do cotidiano da vida e do trabalho das pessoas. Por trás do manto protetor do direito individual, está a ilusória suposição de que cada indivíduo, não importa a que grupo ele pertença se dominante ou subalterno possui igualdade jurídica com o seu

semelhante. Ora, é evidente que essa igualdade jurídica, legal, está em rota de colisão com todas as relações desiguais da sociedade real.

Na sociedade real, constituída por pessoas de carne e osso, as relações que se estabelecem no dia a dia são extremamente hierarquizadas, autoritárias e violentas. A maioria esmagadora dessas pessoas têm a sua estrutura psíquica destroçada desde a sua primeira infância e não tem a menor condição sequer de perceber sua própria situação e a de seus parceiros de sorte. São histórica e culturalmente incapazes de vivenciar plenamente as suas próprias vidas e, portanto, estão também incapacitadas para exercer ou usufruírem de qualquer direito subjetivo, "assegurado" nos códigos e na Carta Magna, mas negado na prática pela extrema desigualdade de distribuição do poder em todos os níveis; especialmente quando esta desigualdade de poder encontra-se plenamente justificada pela hegemonia absoluta, modelar mesmo, das normas reguladoras, verdadeiros arquétipos de nossa civilização.

Se à igualdade jurídica correspondesse realmente a uma igualdade nas relações econômicas, políticas e sociais, haveria reciprocidade de poder; e todos seríamos livres. Nessa sociedade, de seres humanos livres e iguais em deveres e direitos, a consciência livre brotaria da experiência social e todas as relações seriam pautadas pelo respeito à vida; a solidariedade substituiria a competição, o diálogo substituiria os jogos psicológicos, as crianças seriam prioridade absoluta e o desenvolvimento seria sempre pensado em termos das futuras gerações. Esta seria uma sociedade democrática, onde o Estado seria o gestor dos interesses da sociedade civil organizada, em nome do futuro; seria uma sociedade socialista. Seria a Democracia.

Concluimos que a tradição judaico-cristã combinada com as diversas nuances do dualismo cartesiano transmitiu ao longo da história de nossa civilização uma herança disciplinadora extraordinariamente eficaz, a qual produziu uma espécie de moto-contínuo, capaz de reproduzir-se com a própria energia, e sempre na direção da integração capitalista e cada vez com maior eficácia da ruptura dos seres dominados. A exploração da mais-valia é tão somente a parte utilitária da operação. A nosso ver, o mais grave e trágico é que o processo todo que se desencadeia com base na racionalidade controladora atinge, há mais de duzentos anos, o cerne biopsíquico de milhões de pessoas.

Em outras palavras, a industrialização moderna, como nos ensina Antonio Gramsci em seu Caderno 22 (Americanismo e Fordismo), "exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social e um determinado tipo de Estado."

Na formação histórica e contraditória dessa nova estrutura social, é importante ressaltar, como parte de nossa argumentação, que "os instintos sexuais são os que sofreram a maior repressão da sociedade em desenvolvimento." (Gramsci, op. cit.). Mais adiante, encontramos uma outra afirmação nesta mesma direção: "a vida na indústria exige um tirocínio geral, um processo de adaptação psicofísica (o grifo é nosso) para determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc. que não é inato, "natural", mas requer uma assimilação, enquanto os caracteres urbanos adquiridos se transferem por herança ou são absorvidos no decorrer da infância e da adolescência."

É curioso como os industriais, liderados por Ford, se interessaram pelas relações sexuais dos seus subordinados e pela acomodação de suas famílias. Esta disposição se baseou na seguinte assertiva: "não é possível desenvolver o novo tipo de homem solicitado pela racionalização do trabalho e da produção, enquanto o instinto sexual não for absolutamente regulamentado, não for também ele racionalizado."

Constatamos, assim, que a regulamentação e a estabilidade das relações sexuais dos trabalhadores e suas famílias foram e são elementos fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, prática perversa que nos leva à convicção de que a pressão coercitiva da classe dominante não revela apenas traços econômicos, mas se estende à criação de novos hábitos e atitudes psicofísicas ligados aos novos métodos de produção.

Gramsci nos fala de "hipocrisia social totalitária" quando se refere ao fenômeno da auto coerção e da autodisciplina gerada pela assimilação desta ideologia moralizadora e puritana, a par da sua utilidade objetiva ao transfigurar os corpos e mentes dos trabalhadores em meios de produção tão mais eficazes quanto forem disciplinados.

Não é preciso acrescentar que essa moral repressiva foi sempre culturalmente mais violenta em relação às mulheres, praticamente, ao longo de toda história da civilização industrial.

Em suma, o que devemos compreender é que todo esse processo conduziu à consolidação do capitalismo pari passu à mecanização do trabalhador, provocando graves conseqüências para a sua saúde física e psíquica.

Ficam as perguntas:

- Este processo de desestruturação psíquica será reversível?
- Se for reversível, em quantas gerações ocorrerá a reversão?
- A sociedade industrial poderá ser composta por seres humanos integrais, saudáveis e felizes ? Quais as transformações necessárias para que isto seja possível ?

2. PRÁTICAS MÉDICAS: DOMINAÇÃO E SUBMISSÃO

Apesar de nosso esforço ter-se dirigido para esclarecer como se dão todas as relações de dominação, um aspecto fundamental desta realidade ainda está ausente deste trabalho.

Deixamos de considerar que esta sociedade, baseada na fragilização dos seres humanos para transformá-los em instrumentos de produção, é a mesma sociedade que inventou e sistematizou o conceito de saúde como oposto ao de doença; e instituiu a medicalização da vida como se fora a cura das doenças.

A técnica médica expropriou até mesmo o direito de morrer.

Se considerarmos a saúde como o poder de enfrentar os acontecimentos, fenômeno que ocorre com todos os seres vivos em interação com o seu meio ambiente, veremos que o capitalismo para ter lucro medicalizou toda a sociedade e conseguiu até mesmo por fim à morte natural. Hoje em dia se morre medicalizado, tecnicamente assistido...pagando a conta, naturalmente. É evidente que essa perspectiva mercantilizadora não decorre do avanço da ciência aplicada, mas é função da racionalidade capitalista sistema que transfigura todos os bens e serviços em mercadorias.

Michel Foucault, em seu "Nascimento da Clínica", alerta que "a primeira tarefa do médico é política: a luta contra a doença deve começar pela guerra aos maus governos; e o homem só será totalmente e definitivamente curado se for antes libertado".

Antes, todavia, é preciso examinar a vinculação do conceito de saúde com voltamos ao nosso tema a idéia de norma.

Por volta do século XIX, a saúde adquire, paralelamente à doença, o status clínico: ela se torna ausência de sintomas clínicos. A boa saúde foi associada aos padrões de normalidade (cfr Georges Canguilhem, in O Normal e o Patológico).

A palavra latina *norma* significa esquadro. Até os anos 1800 a palavra inglesa *normal* tinha o sentido de ortogonal. No decorrer da década de 1840, veio a designar os objetos segundo um tipo corrente. Já nos anos oitenta, na América, tomou a significação de condição

habitual (hábito). Depois, em nosso século, foi empregada para avaliar seres humanos. Passou da geometria para a sociedade. Por volta de 1840, Augusto Comte deu a essa palavra a conotação médica. Exprimia suas esperanças de que tão logo as leis relativas ao estado normal do organismo fossem conhecidas seria possível empreender o estudo da patologia comparada.

Durante a última década do Século XIX, as normas e os tipos se tornaram os critérios fundamentais do diagnóstico e da terapêutica. Não era necessário, no caso, que todos os casos anormais fossem considerados patológicos; bastava que todos os traços patológicos fossem anormais.

A doença, enquanto desvio de uma norma, tornava legítima a intervenção médica.

A ideologia médica, ao definir a loucura como uma doença e ao difundir a imagem da doença como uma infelicidade que acontece por acaso e não como, na maioria esmagadora dos casos, uma consequência de uma situação sócio-econômico-política bem definida, permite tirar das perturbações psicológicas e outros comportamentos desviantes, a sua dimensão social e política para as reduzir a uma problemática individual, privatizada, que apenas diz respeito à pessoa atingida.

Gradualmente, o discurso psiquiátrico veio normalizando e neutralizando um fenômeno de exclusão social, rotulando-o de doença mental.

Antes de prosseguir, devemos ressaltar que estamos falando de política, de poder.

A utilização social que o poder faz da psiquiatria torna-se um fato. Ao isolar os trabalhadores atingidos em locais criados especialmente para o "tratamento", onde se silencia e não se escuta o que se quer comunicar através do sintoma (síndrome); uma espécie de linguagem do corpo, um interstício na estrutura, um pedido de ajuda. Em vez de buscar entender esse apelo desesperado, a burguesia, por intermédio dos seus representantes, médicos, retira-lhes qualquer possibilidade de discussão coletiva do problema, o que poderia levar a uma tomada de consciência proletária do caráter social e político da "doença". É claro que, nesse processo, o psiquiatra é um agente contraditório que se situa ao mesmo tempo como um instrumento do poder e como profissional dedicado à busca das terapêuticas adequadas.

A discussão do problema poderia levar a se descobrir, por exemplo, a relação entre determinadas perturbações psicológicas e as condições de trabalho: exaustão, ruídos, cadência, etc. Descobrir que existem muitos outros trabalhadores sentindo as mesmas dificuldades. E que esses outros trabalhadores as escondem sob pena de serem marginalizados pelos próprios colegas ou apelidados de "malucos"; descobrir que o "sintoma" ressentido é um modo de dizer "não" às condições intoleráveis de trabalho ou de vida.

De um modo geral, as dificuldades começam e o sofrimento surge quando as contradições sociais são vividas isoladamente, quando são individualizadas como problemas pessoais, quando o sujeito se fecha num universo privado e perde a possibilidade de discutir e interpretar com os outros o que o afeta.

Então, surge o pedido de tratamento e a confirmação por via médica de que o problema é efetivamente apenas pessoal. O trabalhador interioriza assim as "virtudes" da assistência e entra numa relação de dependência com a instituição, contribuindo para a sua perpetuação e justificando a sua existência. O pedido de assistência é, ao mesmo tempo, reforçado pelos interesses de lucro e consumo das sociedades industrializadas que encorajam a conversão das dificuldades sociais de relacionamento, comunicação, etc., em "sintomas" patológicos carentes de tratamento especiais. Tratamento esses que redundarão na mobilização de inúmeros recursos, tais como, diárias de hospitais, medicamentos, pessoal especializado, viagens, exames, entre outros procedimentos médicos e paramédicos, todos eles envolvendo custo que, por sua vez, mantém uma grande rede de serviços públicos e privados, da qual não está ausente o aparelho coercitivo do Estado.

A psiquiatria nasce com a afirmação da burguesia como classe dominante e está estreitamente ligada às vicissitudes, às contradições e às lutas que a sociedade capitalista engendra. Por esta razão, como qualquer outra instituição, não podemos conhecer nem compreender a história da psiquiatria sem analisarmos o contexto econômico, social e político em que se insere e evolui.

Tendo surgido como disciplina autônoma somente no século XIX, a psiquiatria tem no entanto suas raízes na século XVII, por altura de 1656, com a fundação do Hospital Geral de Paris, o qual marca o início de um novo modo social de exclusão: o

enclausuramento dos marginais que ninguém até então tinha pensado aprisionar de uma maneira massiva e compulsória.

Como se sabe, o século XVII corresponde a uma época de grandes alterações sócio-econômicas: o desenvolvimento da burguesia mercantilista. A consequência imediata é o crescimento das cidades em detrimento do campo, de onde são expulsas as populações, empurradas para as manufaturas e para o trabalho assalariado. Estes fatos geram fenômenos de vagabundagem e mendicância, entraves à circulação e segurança das mercadorias, e também muita fome, desemprego, tumultos...crises, enfim.

Um ano após sua fundação, o Hospital Geral de Paris havia internado 6.000 pessoas: mendigos, vagabundos, criminosos comuns, loucos, todos entregues ao cuidado de um diretor com poderes absolutos de direção, administração, comércio, polícia, jurisdição, correção e castigo.

Michel Foucault nos lembra que "... foi entre os muros do internamento que Pinel e a psiquiatria do século XIX encontraram os loucos; e aí mesmo (não o esqueçamos) os deixaram, apesar de se vangloriarem de os terem "libertado".

Todavia, com a industrialização crescente da sociedade, a estratégia da psiquiatria carcerária não se revela eficaz. O projeto era ambíguo e contraditório. Os psiquiatras têm dificuldade de conciliar a função terapêutica-assistencial com a função carceral e repressiva das instituições totais. Por outro lado, com a proletarização cada vez maior das massas trabalhadoras e consequente degradação de suas condições de vida, com o acentuar das desigualdades sociais, a fragmentação da família tradicional, o êxodo rural, a agudização das tensões provocadas pela luta das classes, a crise de valores da ideologia dominante, os problemas sociais proliferam e adquirem características que escapam ao controle médico. As instituições totalitárias se revelam inoperantes e a coerção física deixa de se justificar, até porque as descobertas medicamentosas já permitem substituir progressivamente a camisa de força por técnicas mais refinadas, tais como, o choque insulínico, os neurolépticos, sem esquecer a lobotomia ou leucotomia (uma cirurgia num lobo do cérebro que transforma a pessoa num vegetal, técnica inventada pelo neurologista português Egas Moniz (1874-1955)).

Como consequência dos novos costumes, a atitude da sociedade face à loucura modifica-se significativamente. A pobreza, considerada na Idade Média como sinal de "eleição

"divina" torna-se sinal de "castigo divino"; conseqüentemente, o desemprego, a miséria, a vagabundagem não são encarados como resultado da nova organização social da produção, mas são condenados em nome da moral, como sendo a "origem de todas as desordens". Nesta perspectiva, a loucura surge no horizonte da pobreza, da impossibilidade de integração; e começa a transformar-se num problema de polícia tendendo a aproximar-se do crime, da desordem, do escândalo, assumindo definitivamente o estatuto do desvio da norma social. A culpabilidade e o castigo são imagens que não abandonarão a loucura a partir daí, até os dias atuais.

Este dado histórico é muito importante, porque revela a dimensão ideológica que prevalece ainda em nossa época: a repressão como medida de "defesa da sociedade" contra qualquer "atentado" à ordem e à moral burguesas; mesmo quando se trata de uma atitude médica. Ou seja, a presença médica é requerida como garantia jurídica e moral, não a título de ciência.

Podemos dizer que com o avanço das ciências exatas, nomeadamente as físico-químicas, o tratamento puramente de ordem moral cede pouco a pouco o lugar às terapêuticas medicamentosas. O médico, investido de um poder que seguramente não lhe vem do conhecimento científico, confere à loucura um estatuto de doença, um estatuto médico. Instala-se a relação médico-paciente. Nesta relação, estabelece-se uma corrente de informação unilateral, do doente para o médico, em que o comportamento deste não é considerado como possível de agir sobre o comportamento do outro, o que torna a interação completamente nula. Bem, com essas informações, o médico descreve o comportamento do doente e elabora um discurso psiquiátrico de transcrição de uma realidade social e política individualizada para uma realidade nosográfica, segundo o esquema médico: diagnóstico-prognóstico-tratamento.

Estabelece-se, assim, o monólogo da razão sobre a loucura.

A força de trabalho possui nervos e emoções

Na tentativa de considerar o outro lado da realidade, a realidade do pólo negativo da contradição, vamos examinar o que ocorre concretamente com cada pessoa inserida num processo de trabalho.

Os estudiosos das relações sociais de produção, argutos e objetivos, nunca sequer mencionam, por exemplo, a ansiedade dos trabalhadores em linha de montagem ou na produção por peças. Entretanto, esta ansiedade permeia todos os depoimentos de trabalhadores, por menor atenção que se lhes dê. De onde provém esta ansiedade?

Provém seguramente do rendimento exigido, ou seja, do ritmo, da cadência e das cotas de produção a serem cumpridas. Esta ansiedade é ainda maior em trabalhadores que assumem um novo posto, pois geralmente há pouca ou nenhuma informação para as tarefas menos qualificadas, apesar de requererem certas habilidades que terão de ser adquiridas de uma forma ou de outra.

Essa ansiedade de que raramente se fala, contribui do mesmo modo que a carga física do trabalho, para o esgotamento progressivo e para o desgaste dos trabalhadores. Ao lado do medo dos ritmos de trabalho, os trabalhadores falam sem disfarces dos riscos à sua integridade física que estão implicados nas condições físicas, químicas e biológicas de seu trabalho. A grande maioria tem a impressão de ser consumida, corroída, usada ou intoxicada. Este medo (real e compreensível), originário das (más) condições de trabalho, destrói a saúde mental do trabalhador de modo progressivo e inelutável, assim como o carvão que asfixia os pulmões do mineiro, pouco a pouco, com silicose.

As relações com a hierarquia, com as supervisões, com as chefias, também são fontes de ansiedade. Frequentemente, repressões e favoritismos geram ansiedade e raiva.

Estas relações são geralmente estudadas em termos de política e poder. No entanto, a frustração, a revolta contida, muitas vezes engendram alterações no psiquismo ao longo dos anos. É preciso conhecer melhor os efeitos dessa repressão, dessa contenção de agressividade sobre a saúde mental dos trabalhadores.

Sobre essa questão, Christophe Dejours, em seu "A Loucura do Trabalho", afirma que existem três tipos de ansiedade:

"a) Ansiedade relativa à degradação do funcionamento mental e do equilíbrio psico-afetivo.

A primeira resulta da desestruturação das relações psico-afetivas espontâneas com os colegas de trabalho, de seu envenenamento pela discriminação e suspeita. A desorganização dos laços afetivos provocadas pela organização do trabalho pode colocar em perigo o equilíbrio mental dos trabalhadores. A necessidade de

descarregar a agressividade provoca a contaminação das relações fora da fábrica, em particular, as relações familiares. Geralmente, o recurso às bebidas alcoólicas é uma maneira de aliviar a tensão; mas também pode conduzir ao alcoolismo crônico com perturbações graves e seqüelas no sistema nervoso central.

b) Ansiedade relativa à degradação do organismo.

As más condições de trabalho colocam o corpo em perigo de duas maneiras: risco de acidente súbito (queimaduras, ferimentos, fraturas, morte), doenças profissionais. Ou seja, nas condições de trabalho, é o corpo que sofre o impacto físico direto, enquanto que, na organização do trabalho o alvo é a saúde mental do trabalhador.

c) Ansiedade gerada pela "disciplina da fome".

Sobreviver. Esta é a idéia fixa na cabeça de todos os trabalhadores. Esta ansiedade não faz parte diretamente da relação homem-organização, mas é, acima de tudo, sua pré-condição."

Com raras exceções, todas as situações de que tratamos aqui não deixam entrever nenhuma doença mental caracterizada. Mesmo intenso, o sofrimento é razoavelmente controlado, para impedir que se transforme em patologia. Resta saber se as descompensações são sempre evitáveis e evitadas.

Se admitimos a hipótese (provável) de ocorrerem descompensações, devemos nos perguntar por que não vemos nenhum vestígio delas na fábrica, na oficina ou no escritório. Toda descompensação psiconeurótica se traduz, provavelmente, por uma queda no desempenho produtivo. Assim, as neuroses e psicoses descompensadas são imediatamente detectadas através de critérios de rendimentos da produção, geralmente os primeiros que aparecem num quadro psicopatológico. A punição sistemática é a exclusão imediata do trabalho. É executada dessa forma uma espécie de "asepsia mental" permanente.

É evidente, como vimos nos capítulos anteriores, que as descompensações psicóticas ou neuróticas dependem, em última instância, da estrutura das personalidades, formada muito antes do engajamento na produção.

Tudo indica, no entanto, que a realidade das condições e organizações do trabalho pode favorecer o surgimento de uma descompensação. Três componentes, pelo menos, devem ser levados em consideração: a **fadiga**, que faz com que o sistema nervoso central perca sua versatilidade (predisposição para saúde precária); a **frustração**, aliada à contenção da agressividade, que deixa sem saída grande parte da energia psíquica, pulsional, gerando tensão

crescente; a **organização do trabalho estressante** exigindo permanentemente a sublimação e a racionalização das vontades e dos impulsos, produzindo desorganização da vida mental do trabalhador.

Sob qualquer aspecto que se analise, parece que a exploração do corpo passa sempre e necessariamente por uma neutralização prévia da vida mental. A submissão dos corpos somente é possível por meio de uma ação (ou ações) sobre os processos psíquicos.

Ou seja, é possível enriquecer o conceito de alienação também com essa visão da apropriação do corpo (sujeito) pelo objeto ou, melhor, em outras palavras, da apropriação da vontade do trabalhador pela vontade da direção despótica que aparece como a "vontade" do objeto.

Vencido pela vontade contida na organização do trabalho, o trabalhador usa todos os seus esforços e recursos psíquicos para suportar essa intervenção contrária à sua natureza.

Este esforço é evidentemente limitado. Qualquer estrutura psíquica tem limites de recursos para enfrentar situações de desgaste e tensão permanente, e a descompensação surge súbita ou gradativamente, o trabalhador expõe sua fragilidade psíquica geralmente por uma reação somática de agressão ou autodestruição. Ou seja, passa a demonstrar atitudes irracionais, "anormais". Passa a ser considerado como "louco", uma pessoa não confiável, não produtiva.

E, para a nossa civilização racional, uma pessoa normal é uma pessoa produtiva. Uma pessoa normal é uma pessoa útil, capaz de ser admitida num processo de trabalho e suportar todas as exigências e condições, submetendo-se à vontade da direção despótica capitalista para gerar valor e mais-valia.

Em nossa cultura industrial, técnica, as palavras "louco" e "doido" são abstratas. Mas a expressão **doente mental** torna-se concreta e é aceita no mundo em que se vive, torna-se passível de ser enfrentada pela técnica médica.

Racionalmente, nossa sociedade aceita e às vezes até solicita todos os "procedimentos da técnica médica" sem qualquer reflexão ou questionamento, inclusive ou principalmente, o internamento. A sociedade racional considera lógico que o doente mental seja

afastado do convívio social, aceita como normal que o seu lugar seja no manicômio que, logicamente também, tem a finalidade de "curar" o doente mental.

Desejamos ressaltar que esta racionalidade é bastante clara: toda doença (orgânica ou psíquica) não curável rapidamente, torna-se crônica, e a cronicidade significa que a pessoa é improdutiva. Ou seja, tudo o que não produz é doente.

Todos nós estamos cientes do absurdo dessa lógica cruel. Quem conhece as estatísticas de desemprego e subemprego no mundo sabe que o sistema social é que necessita de "marginalizar" uma fração das classes trabalhadoras como parte de seu próprio mecanismo de exploração. E é muito irônico também afirmar que os manicômios têm como finalidade a cura dos doentes mentais. O manicômio é um lugar de dor e sofrimento, muito longe de ser gerador das condições para a regeneração da estrutura psíquica e do bem-estar das pessoas. Na verdade, a ineficácia em relação à cura corresponde a uma eficácia para "esconder" o problema, para disfarçar as contradições do sistema.

A miséria dentro dos manicômios é muito mais profunda que a miséria que engendra os doentes mentais.

O que falta é a sociedade, como um todo, compreender que os doentes mentais são, antes de tudo, miseráveis. Essa realidade precisa ser compreendida inclusive pelo poder, já que está comprovado o absurdo e a ineficácia total da prática do instrumento.

Até onde podemos compreender, o enfrentamento dessa questão passa necessariamente pela reformulação completa do aparelho conceitual construído em torno do problema da loucura. Passa pela reconstrução histórica do conceito de loucura.

É indispensável questionar se loucura deve continuar inserida no âmbito da dualidade razão-loucura, como associação ao binômio saúde-doença.

A própria noção de dualidade com oposto excludente deve estar no centro dessa discussão, e o redimensionamento do conceito de saúde, é tarefa primordial para a nossa civilização.

De acordo com a nossa percepção atual, a complexidade da problemática dos processos que conduzem ao estado de saúde (física e mental) não pode ser reduzida à noção simplista de que "saúde é a ausência de sintomas ou de doenças".

Quanto ao conceito de doença mental, em que pese todos os avanços da Biologia e da Neurologia, é indispensável verificar a série histórica das estatísticas sobre o assunto, para que se possa aferir os índices de recuperação com os procedimentos atuais, bem como a consciência das etiologias nas anamneses, atentando-se para a origem social (de classe social) dos pacientes.

Estes procedimentos irão demonstrar a impotência das técnicas médicas para a recuperação e ressaltar o crescimento vertiginoso do número de casos, *pari passu* à proletarização das camadas médias e ao crescimento da miséria no seio das massas trabalhadoras.

Dessa forma, será possível recolher subsídios para a redefinição de toda a problemática e efetivar a captação, assimilação e difusão de um novo conceito de saúde, onde o ser humano seja considerado verdadeiramente como uma realidade biopsicosocial, e a vida mental como um processo dinâmico onde loucura e razão formem um par cambiante. Ou seja, cada um de nós está sempre em disponibilidade face à loucura ou razão.

Mais do que isso, será possível compreender que, face às estressantes condições de vida e trabalho, face à miséria material e sexual das massas trabalhadoras, face à degradação crescente da qualidade de vida, é perfeitamente previsível que ocorram alterações no psiquismo da maioria das pessoas. O que tem que mudar fundamentalmente são os procedimentos frente à problemática.

A civilização industrial deve admitir de uma vez por todas que os seres humanos constituem uma realidade integrada, que o corpo humano é um sistema que integra de forma indissociável o somático e o psíquico, que o corpo e a mente não são realidades separadas; e que, portanto, a organização do trabalho, suas exigências, seu ritmo e suas condições, bem como todo o processo de reprodução da força de trabalho (os meios de consumo coletivo) devem refletir e atender a essa realidade social, essencialmente humana.

Sem desejar penetrar no corpo da futurologia, arriscamos prever que, caso não aconteça um grande movimento para redefinição dessa concepção da saúde, conforme tentamos demonstrar no primeiro capítulo, nossa civilização, fundada na racionalidade industrial produtivista, utilitarista, autoritária e hierarquizada, caminha aceleradamente para um novo patamar onde rigorosamente tudo será questionado.

Tudo indica que o "penso, logo existo" já não corresponde aos problemas e exigências do atual estágio de desenvolvimento da sociedade industrial.

A humanidade poderá trilhar dois caminhos em direções opostas: 1) continuar racionalmente (?) a sua autodestruição; 2) admitir que o intelecto é apenas uma pequena parte da estrutura psíquica e que o homem, além da possibilidade de agir racionalmente, está histórica e fisiologicamente amadurecido para vivenciar diversas nuances dos diversos processos dinâmicos de interação com o meio ambiente e com outros homens. Nesse caso, vivenciaremos dois processos simultâneos: 1) a desconstrução do velho e; 2) a reconstrução da perspectiva civilizatória em novo patamar, onde a informática, a robótica e a cibernética estarão a serviço da Paz, e da Amizade entre os povos.

Novo Paradigma

Tendo como fundamento a noção de totalidade, a humanidade para continuar existindo como conjunto de seres civilizados deverá proceder a uma completa e profunda mudança de concepção de todas as coisas, acompanhada naturalmente de uma profunda alteração nas relações sociais de produção e organização do trabalho, bem como modificar o caráter do Estado e, conseqüentemente, todas as relações de poder. É essencial que essas transformações vão muito além dos meros ataques a determinadas instituições ou grupos para um reajustamento econômico ou político.

Segundo Marx, "as raízes da evolução social não se situam numa mudança de idéias ou valores, mas nos fatos econômicos e tecnológicos. A dinâmica da mudança é a de uma interação dialética de opostos decorrente de contradições que são intrínsecas a todas as coisas."

Isso não se dará sem luta. A vida é uma luta constante pela existência e, portanto, qualquer evolução deriva de seu resultado.

Como já dissemos, é preciso desencadear um Novo Iluminismo, com muitas luzes capazes de fazer enxergar o Internacionalismo, a Solidariedade e a Paz como os novos valores primordiais do ser humano.

"Cogito, Amo et Scntio ergo Sum". Deverá ser o paradigma filosófico do momento decisivo da transição para a cultura do terceiro milênio.

Estamos falando de uma suposição alternativa à trilha atual que indica com muita clareza a autodestruição como destino, se não pelo holocausto nuclear, certamente pelo destroçamento de todas as instituições e valores, já em estado avançado de crise generalizada e descrédito por parte das novas gerações.

CONCLUSOES

1. Numa visão ecológica muito mais abrangente e profunda do que as preocupações imediatas com proteção ambiental, concluímos que a saúde não é um estado estático de perfeito bem-estar. A saúde é uma atividade metabólica e psíquica em mudança contínua, refletindo as respostas diversas dos organismos vivos aos desafios do meio ambiente. Conceção esta que percebe os organismos como sistemas auto-organizadores que exibem um alto grau de estabilidade dinâmica, cíclica. Concebido dessa forma, um organismo - para ser saudável - necessita ser extremamente flexível, necessita de um grande número de opções para interagir com o meio ambiente circundante. A perda da flexibilidade significa a perda da saúde.
2. O homem é, de fato, o ponto de intersecção de duas histórias, uma história natural (a evolução biológica) e uma história social (a transformação das relações de produção e das superestruturas).
3. Existe uma impossibilidade de conciliação entre a exploração do homem no processo alienante de produção e a saúde. Não é possível coexistirem relações de dominação (de quaisquer tipos) com os processos dinâmicos subjacentes capazes de propiciar as condições de surgimento e desenvolvimento pleno da saúde, como totalidade integrada.
4. O trabalho alienado é uma ato de violência contra a dupla natureza (animal e humana) do indivíduo, colocando em desequilíbrio a integridade psicofísica e a própria sobrevivência.
5. Toda expropriação do corpo, notadamente a expropriação da sexualidade, diminui a capacidade humana de se rebelar e transformar a ordem estabelecida.
6. No sistema capitalista, a maioria dos seus membros se vê condicionada a vivenciar um regime sexual insatisfatório e negativo ao seu equilíbrio psíquico.
7. Na sociedade de classes, o mesmo processo ideológico que organiza todos os aspectos sociais em função dos interesses dos grupos dominantes, é desorganizador sob todos os aspectos em relação aos interesses dos grupos subalternos.
8. A educação autoritária constitui a base psicológica da domesticação das massas populares. Seus elementos básicos são a insatisfação do processo vital, um completo desamparo de caráter material e social, o medo de assumir responsabilidades, de orientar a própria vida, o desejo de uma segurança ilusória e de uma autoridade que assuma por si a responsabilidade pelos rumos da própria vida. É o contrário da cidadania.

9. A disciplina surgida com o capitalismo fabrica corpos submissos, dóceis, adestrados para produzir, corpos úteis ! O capitalismo, no entanto, não descobriu o poder disciplinar. Apenas mudou a escala e a finalidade, deu-lhe instrumentos precisos para a formação em massa.
10. É na materialidade do corpo humano que todos os poderes, todos os saberes, todos os prazeres e desprazeres se cruzam e se realizam. O corpo é sede tanto da sexualidade e da estrutura psíquica como de qualquer outra atividade humana. O corpo é a base da percepção e organização da vida humana.
11. Na sociedade de classes há um sistema de dominação que se enreda, se enraiza na estrutura psíquica das pessoas, tornando-as desumanizadas, infelizes e egoístas, pelo não desenvolvimento integral de sua sexualidade; a qual é sublimada em manifestações substitutas passíveis de serem utilizadas para a acumulação de capital.
12. Há um imaginário difuso que se espalha por todas as classes sociais, cuja fonte é a classe dominante, mas em diferentes momentos da história de sua ideologia, passando a assumir significados diferentes para cada fração das classes subalternas.
13. Um determinado sistema hegemônico é produto do triunfo permanentemente renovado de uma classe social, que impõe assim um certo modo de produzir e reproduzir-se, subordinando e transformando os demais.
14. Dado que a finalidade do sistema capitalista é extrair o máximo de mais-valia, a resistência dos trabalhadores e sua repressão são uma consequência necessária do antagonismo entre o capitalismo e o trabalhador.
15. Se "o processo de trabalho, no capitalismo, é um processo que se desenvolve entre coisas (não pessoas) que o capitalismo comprou, entre coisas que pertencem ao capitalismo", é fácil compreender que é indispensável coisificar as pessoas desde o seu nascimento. A trama cotidiana das normas institucionais é responsável pelos processos psicofísicos de coisificação.
16. A força de trabalho possui nervos e emoções.
17. "Nas condições de trabalho, é o corpo que sofre o impacto direto, enquanto que, na organização do trabalho o alvo é a saúde mental do trabalhador.

18. É possível enriquecer o conceito de alienação também com a visão de apropriação do corpo (sujeito) pelo objeto ou, em outras palavras, da vontade própria do trabalhador pela vontade do objeto, pela vontade da direção despótica capitalista. Acrescente-se que a submissão dos corpos somente é possível por meio de uma ação (ou ações) sobre os processos psíquicos.

19. O enfrentamento dessas questões passa necessariamente pela reformulação completa do aparelho conceitual construído em torno da saúde mental. Passa pela reconstrução histórica do conceito de loucura.

20. Mais do que isso, é imprescindível questionar a própria noção de dualidade, com opostos excludentes. É imprescindível questionar a dualidade razão-loucura como associação ao binômio saúde-doença. A complexidade da problemática dos processos que conduzem ao estado de saúde (física e mental) não pode ser reduzida à noção simplista de que "saúde é ausência de doença".

21. A civilização industrial deve admitir, de uma vez por todas, que os seres humanos constituem uma realidade integrada, que o corpo humano é um sistema que integra de forma indissociável o somático e o psíquico, que o corpo e a mente não são realidades separadas; e que, portanto, a organização do trabalho, suas exigências, seu ritmo e suas condições, bem como, todo o processo de reprodução da força de trabalho (os meios de consumo coletivo) devem refletir e atender a essa realidade social, essencialmente humana.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis, Aparelhos Ideológicos de Estado - Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Edição Graal Ltda - 1987 - Rio de Janeiro.
- BARUK, Henri, Psicosis Y Neurosis - Ediciones Oikos-tan, S/A 1972 - Barcelona - Espanha.
- BASBAUM, Leôncio, Alienação e Humanismo. Edição Símbolo, 1977 - São Paulo.
- BASAGLIA, Franco, A Psiquiatria Alternativa - contra o pessimismo da razão, O Otimismo da Pátria - Editora Brasil Debates - 1979 SP.
- BASTIDE, Roger, Sociologia das doenças mentais - Companhia Editoria Nacional - 1967 São Paulo.
- BERLINGUER, Giovanni - Psiquiatria e Poder - Editorial Andrade Ltda - 1976 - Belo Horizonte - MG.
- BIRMAN, Joel - Enfermidade e Loucura. Editora Campus Ltda 1980 RJ.
_____, A Psiquiatria como Discurso da Moralidade. Editora GRAAL - Rio de Janeiro 1978.
- BOBBIO, Norberto, As Ideologias e o Poder em Crise. Editorial Polis 1988 São Paulo.
- CANEVACCI, Massimo, Dialética do Indivíduo - O indivíduo na natureza, história e cultura. Editora Brasiliense - 1984 - São Paulo
- CASTEL, Robert, A Ordem Psiquiátrica: A Idade de Ouro do Alienismo. Editora GRAAL - Rio de Janeiro 1978.
_____, O Psicanalismo. Editora GRAAL - Rio de Janeiro 1978.
- CHAUI, Marilena, Repressão Sexual, essa nossa (des)conhecida. Editora Brasiliense - 1985 - São Paulo.
- CLEMENT, Catherine e Outros, Para uma Crítica Marxista da Teoria Psicanalítica. Editora Estampa - Lisboa 1975.
- COSTA, Jurandir Freire, História da Psiquiatria no Brasil. Editora Documentário - 1976 - RJ.
- DEJOURS, Christophe, A Loucura do Trabalho - estudo da psicopatologia do trabalho. Editorial Oboré - 1987 - São Paulo.
- DELEUZE, Gilles, O Anti-Édipo - Capitalismo e Esquizofrenia - Editora Assírio e Alvim - 1972.
- ENGELS, Friedrich, Anti-Dühring, Editora Dinalivro - 1976 - Lisboa.
- FERNANDES, Florestan, O Desafio Educacional - Editora Cortez, 1989 - São Paulo.
- FREUD, Sigmund, Psicopatologia da Vida Quotidiana, Editorial Estúdios Cor, Ltda - 1974 - Lisboa.
_____, Pequena coleção das obras de Freud, Imago editora Rio de Janeiro - Edição Standard
- FROMM, Eric, A missão de Freud: Uma análise de sua personalidade e influência - Zahar editores Rio de Janeiro - 1966.
_____, Psicanálise e Religião. Edição Livro Ibero Americano - Rio de Janeiro 1962.
- FLEMING, Manuela, Ideologia e Práticas Psiquiátricas - Edições Afrontamento - 1976 - Porto.
- FILHO, A. Carlos Pacheco e Silva, Evolução da Psicanálise - Imago Editora Ltda - 1976 - RJ.
- FOUCAULT, Michel, História da Sexualidade III - O cuidado de si - Edições Graal Ltda - 1985, RJ.
- FOUCAULT, Michel, História da Sexualidade II, O uso das prazeres - Edições Graal Ltda - 1984 - RJ.
- FOUCAULT, Michel, Microfísica Del Poder - Las Ediciones de La Piqueta - 1978 - Madrid.
- FOUCAULT, Michel, O Nascimento da Clínica - Editora Forense Universitária - 1977 - RJ.
- FOUCAULT, Michel, Microfísica do Poder - Edições Graal Ltda - 1985 - RJ.

- FOUCAULT, Michel, - Eu, Pierre Riviere, Que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão - Edições Graal Ltda - 1984 - RJ.
- FOUCAULT, Michel, Vigiar e Punir - Nascimento da Prisão - Editora Vozes Ltda, 1977 - Petrópolis - RJ.
- FOUCAULT, Michel, História da Sexualidade I - A Vontade de Saber - Edições Graal Ltda - 1977 - RJ.
- GRAMSCI, A., Maquiavel, A Política e o Estado Moderno - Editora Civilização Brasileira S/A, 1976 - RJ.
- GRAMSCI, Antônio, Concepção Dialética da História - Editora Civilização Brasileira S/A, 1978 - Rio de Janeiro.
- GOFFMAN, Erving, Manicômios, Prisões e Conventos Psicologia - Editora Perspectiva - 1961 - São Paulo.
- GOFFMAN, Erving, Estigma - Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, Editores Zahar - 1975 - RJ.
- GRUPPI, Luciano, O Conceito de Hegemonia em Gramsci - Edições Graal, 1937 - Rio de Janeiro.
- ILLICH, Ivan, A Expropriação da Saúde - Nêmesis da Medicina. Editorial Nova Fronteira, 1975 - Rio.
- ILLICH, Ivan D., Celebração da Consciência. Editora Vozes Ltda, 1975 - Petrópolis - RJ.
- JESUS, Antônio Tavares de, Educação e Hegemonia - No Pensamento de Antônio Gramsci, Editora Cortez - 1989 - Campinas-SP.
- JONES, Ernest - Vida e Obra de Sigmund Freud, Zahar editores Rio de Janeiro - 1975.
- JUNG, C. G. - Memórias, Sonhos e reflexões - Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro 1975.
- _____, O Homem e seus Símbolos - Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro 1977.
- _____, Fundamentos da Psicologia Analítica - Editora Vozes, São Paulo.
- LAING, R., Razão e Violência. Editora Vozes - Petrópolis 1971.
- _____, A Política da Experiência e a Ave do Paraíso. Editora Vozes - Petrópolis 1974.
- _____, O Eu e os Outros. Editora Vozes. Petrópolis - 1982
- LEÃO, Emmanuel Carneiro e Lacombe, Fábio Penna - Existência e Psicanálise - Edição Tempo Brasileiro Ltda - 1976 - RJ.
- MACHADO, Roberto e outros, Danação da Norma. Medicina Social e a Constituição da Psiquiatria no Brasil. Editora GRAAL - Rio de Janeiro 1978.
- MARTINS, José de Souza, Sobre o Modo Capitalista de Pensar - Editora Hucitec - 1978 - São Paulo.
- MARX, Karl, Para a Crítica da Economia Política, Editora Victor Civita, 1982 - São Paulo.
- _____, O Capital - Editora civilização brasileira - Rio de Janeiro 1974.
- MANNONI, Maud, O Psiquiatra, seu "louco" e a psicanálise - Editores Zahar - 1971 - RJ.
- MATTICK, Paul, Integração Capitalista e Ruptura Operária - Editora A Regra do Jogo - 1977 - Porto.
- MEMMI, Albert, Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador, Editora Paz e Terra - 1977 - RJ.
- MOREIRA, Roberto S. C., Teoria da Comunicação - Ideologia e Utopia - Editora Vozes Ltda - 1979 - Petrópolis-RJ.
- MURARO, Rose Marie de, Sexualidade da Mulher Brasileira - Corpo e Classe Social no Brasil, Editora Vozes Ltda - 1983 - Petrópolis-RJ.
- OSBORN, O., Psicoanálisis Y Marxismo. Editora Siglo Veinte - Buenos Aires 1943.
- OBIAIS, Juan, Psiquiatria e Antipsiquiatria - Salvat Editora do Brasil - 1979 - RJ.
- PAIM, Isafas, Esquizofrenia - Editorial Grajalbo Ltda, 1973 - São Paulo.
- PRADO, Dana, O que é Família - Editora Brasiliense - 1981 - São Paulo.
- PEREIRA, João Frauze, O que é loucura - Editora Brasiliense - 1985 - São Paulo.
- POLITZER, Georges, Crítica dos Fundamentos da Psicologia II - Editorial Presença - 1973 - Lisboa.
- POLITZER, Georges, Crítica dos fundamentos da Psicologia I - Editorial Presença - 1975 - Lisboa.

- PORTELLI, Huglues, Gramsci e o Bloco Histórico - Editora Paz e Terra S/A - 1987 - Rio de Janeiro.
- REICH, Wilhelm, O que é a Consciência da Classe ? - Edição H. A. Carneiro - 1976 - Porto - Portugal.
- REICH, Wilhelm, Análise Del Carácter - Editorial Paidós - 1978 - Buenos Aires.
- REICH, Wilhelm, e Schmidt, Vera - Psicoanálise Y Educacón I - Editorial Anagrama - 1973 - Barcelona.
- REICH, Wilhelm, Escuta, Zé Ninguém ! - Editora Ltda Martins Fontes - 1982 - Portugal.
- REICH, Wilhelm, A Revolução Sexual - Editores Zahar - 1974 - RJ.
- REICH, Wilhelm, Psicologia de Massa do Fascismo - Publicação Escorpião - 1974 - Porto.
- REICH, Wilhelm, Irrupção de Moral Sexual Repressiva. Editora Martins Fontes Ltda - Porto - Portugal.
- REICH, Wilhelm, A Função do Orgasmo - Problemas Econômicos-Sexuais da Energia biológica - Editora Brasillense - 1988 - São Paulo.
- REICH, Wilhelm, Psicopatologia e Sociologia da Vida Sexual - Global Editora - 1927 - SP.
- RUDIO, Franz Victor, Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica - Editora Vozes Ltda. 1978 - Petrópolis-RJ.
- SCHAFF, Adam, O Marxismo e o Indivíduo. Editora Civilização Brasileira - Rio de Janeiro 1967.
- SERRANO, Alan Indio, O que é Psiquiatria Alternativa - Editora Brasileira 1983 - São Paulo.
- SEVERINO, Antônio Joaquim, Metodologia do Trabalho Científico. Editora Cortez 1986 São Paulo.
- STARFFORD-CLARK, David, Introdução à Psiquiatria. Agir Editora 1972 RJ.
- SZASZ, Thomas S., Esquizofrenia - O Símbolo Sagrado da Psiquiatria. Zahar Editores 1978 RJ.
- WEINSTEIN, Luis, Salud Mental Y Proceso de Cambio. Editora Libreria - Buenos Aires 1975.
- Vários Autores. Dicionário de Política, Gráfica Editora Hamburg Ltda (Editora Universidade de Brasília). 1983 Brasília - DF.
- Vários Autores. Valoraciones Cubanas Y Latinoamericanas. Universidad de Habana. Depto. de Actividades Culturales - Habana 1982.
- Vários Autores. Crise, Trabalho e Saúde Mental no Brasil. Traço Editora 1986 São Paulo.
- Vários Autores, Reich Perante Marx e Freud. Edições Antídoto 1978 Lisboa.
- Vários Autores - Teoría de La Comunicación Humana. Editorial Herder 1986 Barcelona.

* * *